Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena
Bacharelado Em Ciências Contábeis

HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL: DESAFIOS PARA O PROFISSIONAL CONTÁBIL

CELIANE PASCOAL GUEBARA

JUINA - MT
2009

CELIANE PASCOAL GUEBARA

HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL: DESAFIOS PARA O PROFISSIONAL CONTÁBIL

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof°. Esp. Cláudio Luis Lima dos Santos
Orientador

Juína – MT
2009

CELIANE PASCOAL GUEBARA

HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL: DESAFIOS PARA O PROFISSIONAL CONTÁBIL

Monografia apresentada em 22 de Junho de 2009 e aprovada pela Banca Examinadora, constituída pelos professores:

_____
Prof.° Esp. Cláudio Luis Lima dos Santos
Orientador – Presidente da Banca

_____
Prof.ª Mestre Mara Luiza Gonçalves Freitas
Membro

_____
Prof.ª Mestre Ahiram Cardoso Silva Lima
Membro

JUINA – MT
2009

Aos meus pais, por tudo o que me ensinaram: Miguel Ruiz Guebara e Neusa Pascoal Guebara, modelo de amor, trabalho, coragem, força de vontade e sabedoria, e meus irmãos, Alonso, Izabel, Maria Aparecida, Elenir, Sônia e Sandra, pelo apoio, incentivo carinho e amor, enfim toda minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, e o privilégio de estar realizando um sonho.

Aos meus pais, pelo amor, educação, carinho e zelo, dedicados ao longo da minha vida, e pelo incentivo sempre aos estudos.

Aos meus amados irmãos, Alonso, Izabel, Maria Aparecida, Elenir, Sônia e Sandra, pelo carinho, amor, apoio, atenção, compreensão e incentivo.

A minha cunhada Solange, e os cunhados Adilson, João e Miguel, e todos os sobrinhos lindos e amados, modelos de vitalidade na família.

Agradeço, a Dom Neri, Bispo Diocesano, e em especial a Dom Franco Dalla Valle, (*in memoriam)* 1° bispo da Diocese de Juína, pela oportunidade de trabalho e incentivo aos estudos, e Pe. Adilson que contribuiu para realização dos trabalhos, e aos colegas, companheiros na Diocese.

Ao meu orientador, professor Cláudio, sua esposa professora Ahiram, por acreditarem na idéia do trabalho, e pelo esforço e motivação dedicados ao máximo, para o desenvolvimento intelectual aplicados ao longo do curso, à pesquisa e a vida,

A todos os professores do curso, pelas lições de ensino e de vida, em especial professor Manoel Ost.

As amizades fortalecidas em sala e aos colegas pela convivência, bons momentos e troca de experiências nesses anos, em especial, Luciana, Eliete, Eliane, Dorilde, Gesiane, Luciane, Rafaela, Deolindo e Jâneo, parceiros na realização dos trabalhos.

Aos meus amigos e amigas, Márcia Gisele e Juliano, Paula, Adriana, Regina, Silvia, Elenir, Edinalva, Roberto e Guilherme que souberam entender minha ausência em certos momentos e que estiveram presentes em minha vida incentivando com carinho e dizendo palavras motivadoras.

A todas as pessoas que passaram pela minha vida, deixando lembranças e palavras de amor, carinho e motivação, em especial Alexandro.

De forma especial e carinhosa a Srª. Maria Eli Pilger, pessoa muito querida e amiga, exemplo de fé e alegria de viver, enfim a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização dos estudos e da pesquisa.

“O legado da Contabilidade é indiscutivelmente internacional. Deste modo, os atuais interesses por uma Contabilidade multinacional têm mais um caráter de uma idéia renascida que de uma nova”.

Choi e Muller, 1979.

RESUMO

O atual processo de convergência, pelo qual o Brasil está passando, coloca-o em harmonia contabilmente com outros países. Em nível mundial esse processo é irreversível, os maiores órgãos envolvidos são o FASB e o IASB, que se destacam como articuladores desse processo. Porém os padrões a serem adotados são os emitidos pelo IASB, que se pronuncia através das IAS/IFRS, que são um conjunto de normas. O país adotou com o intuito de globalizar a contabilidade, buscando maior transparência e credibilidade nos demonstrativos contábeis para que isso o inserisse entre as economias mais avançadas, e também atrair novos investidores. O processo de convergência iniciou-se por esforços da CVM, Bacen, CFC e Ibracon. Em 2007 com a promulgação da Lei n.° 11.638, foi quando realmente abriram-se caminhos para a convergência no país, pois em um dos seus artigos, formaliza a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Assim como oportunidades para o país, a adoção das normas internacionais gera diversos desafios para a gama de profissionais envolvidos, mas principalmente para os contabilistas, um deles é a corrida contra o tempo para poder se atualizar quanto a todas as mudanças e as normas internacionais, outra exigência será em aprender outros idiomas, tais como, inglês e espanhol, além de se atualizar quanto aos softwares contábeis, sem contar os desafios que surgirão no dia a dia na execução dos trabalhos. A pesquisa foi desenvolvida no município de Juína-MT, através de questionários onde os contabilistas devidamente registrados no estado puderam expressar sua opinião quanto a esses desafios.

Palavras–Chave: Desafios. Profissional Contábil. Harmonização. Normas Internacionais de Contabilidade.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gênero do Contabilista 50
Gráfico 2: Idade do Contabilista 51
Gráfico 3: Formação do Profissional 52
Gráfico 4: Tempo de Formação.....53
Gráfico 5: Continuidade da Formação, em outras áreas ou áreas afins 54
Gráfico 6: Seguimento de Atuação.....55
Gráfico 7: Tempo de Atuação na Área 56
Gráfico 8: Observação da Profissão Contábil.....57
Gráfico 9: Conhecimento sobre os idiomas inglês e espanhol 58
Gráfico 10: Grau de Conhecimento sobre o Idioma Inglês.....59
Gráfico 11: Grau de Conhecimento sobre o Idioma Espanhol 60
Gráfico 12: Conhecimento sobre o que é Instituído sobre a Lei n° 11.638/07 61
Gráfico 13: Conhecimentos sobre o que é instituído na MP 449/08 62
Gráfico 14: Sintonização sobre o acompanhamento da adoção das IFRS, como padrão contábil no Brasil.....63
Gráfico 15: Viabilidade para o País quanto a adaptação as novas práticas contábeis IFRS..... 64
Gráfico 16: Conhecimento sobre o conteúdo das novas normas de contabilidade 65
Gráfico 17: Participação em algum evento, sobre os assuntos: Lei n° 11.638/07, MP 449/08 e IFRS 66
Gráfico 18: Conhecimento por parte do contabilista e clientes, sobre a obrigatoriedade do cumprimento das novas normas até o ano de 2010 para empresas consideradas de grande porte. 67
Gráfico 19: Situação de adaptação dos clientes.. 68
Gráfico 20: Dificuldades encontradas quanto a aplicabilidade das novas normas ...69
Gráfico 21: Razões de impedimento da implementação da Lei. n° 11.638/07 70
Gráfico 22: Dificuldades em nossa região, quanto a treinamentos na área contábil. 71
Gráfico 23: Dificuldades encontradas no desempenho dos trabalho no dia a dia.....72

LISTAS DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
APIMEC	Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento
BACEN	Banco Central do Brasil
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMN	Conselho Monetário Nacional
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC-MT	Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DOU	Diário Oficial da União
EUA	Estados Unidos da América
FASB	*Financial Accounting Standard Board*
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeiras da Universidade de São Paulo
IAS	*International Accounting Standards*
IASB	*International Accounting Standards Board*
IASC	*International Accouting Standards Commitee*
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFAC	*International Federation of Accountants*
IFRIC	*International Financial Reporting Interpretations Committee*
IFRS	*International Financial Reporting Standard*s
IOSCO	*International Organization of Securities Commission*
MP	Medida Provisória
S.A	Sociedade Anônima
SEC	*Securities and Exchange Commission*
SFAC	*Statements of Financial Accounting Concepts*
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIC	*Standing Interpretations Committee*
SRF	Secretaria da Receita Federal do Brasil
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUSEP	Superintendência dos Seguros Privados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
1.1 Contextualização 12
1.2 Problema de Pesquisa 13
1.3 Hipóteses 13
1.4 Objetivos 14
1.4.1 Objetivo Geral 14
1.4.2 Objetivos Específicos 14
1.5 Delimitação da Pesquisa 14
1.6 Justificativa 15
1.7 Estrutura do Trabalho 16
2 REFERENCIAL TEÓRICO 18
2.1 Contabilidade 18
2.1.1 Objetivos e Informações Gerados pela Contabilidade 19
2.1.2 Princípios Fundamentais de Contabilidade 20
2.1.2.1 Da Entidade 20
2.1.2.2 Da Continuidade 21
2.1.2.3 Da Oportunidade 21
2.1.2.4 Do Registro Pelo Valor Original 21
2.1.2.5 Da Atualização Monetária 22
2.1.2.6 Da Competência 22
2.1.2.7 Da Prudência 22
2.1.3 NBCs – Normas Brasileiras de Contabilidade 23
2.1.4 Usuários da Contabilidade 24
2.1.5 O Profissional Contábil 25
2.2 Contabilidade no Brasil 26
2.2.1 CFC – Conselho Federal de Contabilidade 27
2.2.2 CRC – Conselho Regional de Contabilidade 28
2.2.3 BACEN – Banco Central do Brasil 28
2.2.4 IBRACON – Instituto dos Auditores Independêntes do Brasil 30
2.2.5 Lei n° 6.404/76 Lei das Sociedades Anônimas 30
2.2.6 CVM – Comissão de Valores Mobiliários 31

2.2.7 Lei n° 11.638/07.....32
2.2.8 CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.....35
2.2.9 Medida Provisória (MP) 449/08.....36
2.3 Contabilidade Internacional..... 37
2.3.1 IASC – *International Accouting Standards Committee*.....38
2.3.2 IASB – *International Accouting Standards Board* 40
2.3.3 IFAC – *International Federation of Accoutants*.....41
2.3.4 IOSCO – *International Organization of Securities Commission*..... 42
2.3.5 SEC – *Securities Exchange Commission* 43
2.3.6 FASB – *Financial Accouting Standards Board* 44
2.4 Processo de Harmonização 45
3 MÉTODOS DE PESQUISA..... 47
3.1 Delineamento do Estudo 47
4 ANÁLISES E RESULTADOS 49
5 CONCLUSÃO 73
REFERENCIAS..... 75
APENDICES 79

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Os países nas últimas décadas vêm a cada dia estreitando seus laços e quebrando suas barreiras através da globalização, em virtude da formação de blocos econômicos, a abertura do mercado financeiro internacional, a independência entre diversas nações, entre outros.

No dia a dia das empresas em geral, o guia principal para norteamento da real situação financeira da organização é a contabilidade, é através dela que a empresa pode fornecer aos usuários suas informações com maior transparência, no entanto, encontrava-se uma grande dificuldade em transmitir essas informações mundialmente, partindo desse pressuposto foi que se pensou na elaboração de um conjunto normativo de aplicação obrigatória em harmonia internacionalmente.

O Brasil através da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), após verificar a necessidade de adoção das normas internacionais de contabilidade, iniciou as discussões sobre o processo de convergência, através da emissão de alguns pronunciamentos e a publicação do oficio circular n° 01/2005 que divulgou o entendimento da área técnica da autarquia sobre a prática contábil brasileira.

> "... procura incentivar a adoção de novos procedimentos e divulgações, bem como antecipar futura regulamentação por parte da CVM e, em alguns casos, esclarecer questões relacionadas às normas internacionais emitidas pelo IASB. Esses comentários têm como objetivo mais geral o aperfeiçoamento da informação contábil para o mercado e a conseqüente convergência com as normas internacionais de contabilidade". (Comissão de Valores Mobiliários, 2005)

As normas internacionais de contabilidade já são adotadas em mais de cem países, e no Brasil as normas alteram como as empresas brasileiras emitem suas demonstrações contábeis.

No Brasil, em 2010 será o ano base para adoção das normas internacionais de contabilidade como padrão de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, tanto para as instituições financeiras, quanto para as companhias de capital aberto, capital fechado e as limitadas de grande porte.

Para atender a todas essas mudanças no universo contábil, ninguém melhor do que o contador e os profissionais diretamente ligados a esse processo dentro das organizações, para acompanhar e adaptar as empresas a todas essas novas regras, porém esses profissionais deverão encontrar vários desafios pela frente, em razão de que o país está vivendo esse processo de convergência e adaptação, conseqüentemente apresentará desafios para as mais diversas áreas da empresa, tais como: financeira, organizacional, funcional e tecnológica. Pode-se dizer que quando o país passa por uma mudança contábil, conseqüentemente haverá também uma mudança cultural.

1.2 Problema de Pesquisa

Para a elaboração da pesquisa se faz necessário, a criação de um problema, Silva (2008, p. 45) afirma que: “São fenômenos ou fatos que ainda não possuem explicações ou soluções, e são objeto de discussão, na área de domínio do conhecimento em estudo. É o cerne da questão a ser estudada”.

O problema elaborado para o desenvolvimento da pesquisa é: “quais são os desafios para o profissional de contabilidade no novo cenário de harmonização das normas internacionais de contabilidade no Brasil?”

1.3 Hipóteses

As hipóteses são possíveis respostas ao problema da pesquisa. Para Severino (2002, p. 161) “Toda monografia de caráter dissertativo, terá sempre a forma lógica de demonstração de uma tese proposta hipoteticamente para solucionar um problema”.

A pesquisa apresenta as seguintes hipóteses.

- Com a convergência internacional haverá mudanças na contabilidade no Brasil.

- Exigirá do profissional de contabilidade, esforço e dedicação, para a renovação dos conhecimentos sobre todas essas exigências;
- Os profissionais terão dificuldades por não existir modelos a serem seguidos.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Possui grande influência no trabalho, devido a sua importância, deve ser elaborado com clareza, pois os objetivos de acordo com Costa e Cardim (2004, p. 96) "...devem ser o que o trabalho irá pesquisar, onde se quer chegar, quais as metas que se almeja alcançar".

O trabalho apresenta como objetivo geral identificar os desafios do profissional de contabilidade no processo de harmonização das normas internacionais de contabilidade no Brasil.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Descrever sobre o novo cenário contábil e o processo de convergência;
- Estudar sobre a relevância do tema na atualidade;
- Conhecer e descrever os desafios do profissional contábil nesse novo cenário.

1.5 Delimitação da Pesquisa

O tema da pesquisa implica diretamente na execução do trabalho, segundo Silva (2008, p. 44):

> "Escolher um tema implica sua delimitação. Delimitar significa pôr limites, isto é, determinar a profundidade, abrangência e extensão do assunto. Devem-se escolher temas menos abrangentes e que possam ser esgotados através da pesquisa".

O projeto de pesquisa apesar de ser um tema com um campo imenso de investigação e pesquisa, riquíssimo em informações para a classe contábil, no desenvolvimento da pesquisa monográfica, se pensou somente em apurar os desafios dos profissionais contábeis no novo cenário de harmonização das normas internacionais de contabilidade no Brasil.

Para atingir os objetivos propostos será desenvolvida a pesquisa através de informações obtidas em diversos sites, livros, artigos, revistas e outros, enfim, tudo o que agregar informações sobre o tema pesquisado.

1.6 Justificativa

O trabalho tem sentido importante, pelo fato do assunto ser de extrema relevância para o País na atualidade, em se tratando de contabilidade, pois o processo de convergência pelo qual o país está passando, é irreversível e de grande necessidade para a classe contábil.

Como o País está adotando as normas internacionais de contabilidade, as IFRS, como modelo a ser seguido pelas organizações de grande porte no momento se verificou a oportunidade de conhecimento, exploração e ampliação sobre o contexto geral que está se passando no país e o conhecimento sobre os principais desafios para os profissionais da área contábil.

De acordo com a *KPMG Risk Advisory Services Ltda.* (2008), com a convergência do nosso modelo atual contábil para o IFRS conseqüentemente trará impactos relevantes para as áreas de tecnologia, financeira, organizacional e funcional, dentro da empresa, pois as demonstrações contábeis serão mais detalhadas e extensas.

Como a Contabilidade fornece informações através dos demonstrativos para todos os profissionais envolvidos no processo de tomada de decisões dentro da

empresa, conseqüentemente essa adoção das IFRS, fará com que esses profissionais envolvidos busquem conhecimento também nessa área para poder se sintonizar sobre o assunto e facilitar o trabalho no dia a dia. Sobretudo para os profissionais diretamente ligados a todo esse processo, que são os profissionais contábeis, os desafios serão muito mais intensos, e conseqüentemente exigirá habilidades técnicas e profissionais para a adaptação, e ninguém melhor do que o contador para esclarecer sobre o tema as organizações envolvidas, e ajudar no auxílio à adaptação a todas essas mudanças contábeis.

Para os profissionais que estão se formando no atual momento no curso de bacharelado em ciências contábeis, os estudos aprofundados sobre o tema proposto significam uma oportunidade a mais de conhecimento, uma vez que o tema é super atual, e implica no desenvolvimento da profissão contábil no dia a dia de cada profissional graduado que desejar atuar na área, e também para os profissionais atuantes, pois, é uma forma de conhecer e se inteirar sobre o assunto, e, de forma geral, servirá como base de interação e conhecimento sobre o tema toda sociedade, pois, o assunto é destaque no cenário contábil atual, e envolve pessoas jurídicas e físicas no processo, ou seja, é de interesse de muitos.

1.7 Estrutura do Trabalho

O trabalho foi desenvolvido em cinco sessões:

A primeira sessão foi definida de forma introdutória a relevância do tema, o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho.

Na segunda sessão a revisão bibliográfica foi desenvolvida através da descrição sobre o novo cenário contábil no país, os aspectos relevantes e os desafios enfrentados pelo profissional de contabilidade nesse processo de convergência das normas internacionais no Brasil.

A terceira sessão é caracterizada pela metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho, ou seja, os tipos de métodos, e as técnicas de pesquisa científica.

Na quarta sessão se apresentou dados e estudos obtidos sobre o tema através das pesquisas.

A quinta sessão teve a apresentação da conclusão dos estudos realizados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

A Contabilidade é tão antiga quanto às teorias sobre a evolução da civilização, podemos observar através da história que existe contabilidade desde os primórdios da existência humana. Sendo esta a forma de que as pessoas encontraram para poder controlar os bens que com o passar do tempo iam adquirindo, conseqüentemente vendiam e assim por diante.

Como uma ciência a contabilidade possui campo de abrangência e objeto de estudo, a saber, o Patrimônio, que são os bens, direitos e obrigações de uma entidade.

> "A Contabilidade é a ciência social que tem por objetivo medir, para poder **INFORMAR,** os aspectos quantitativos e qualitativos do patrimônio de quaisquer entidades. Constitui um instrumento para gestão e controle das entidades, além de representar um sustentáculo da democracia econômica. Já que, por seu intermédio, a sociedade é informada sobre o resultado da aplicação dos recursos conferidos às entidades". (SZUSTER, 2008, p.17)

Com o passar dos anos surgiu o capitalismo, foi a partir daí que a contabilidade conseguiu atrair a atenção dos cientistas, pode-se dizer que a contabilidade se desenvolveu e ainda se desenvolve na medida em que a sociedade vai evoluindo.

De acordo com Deitos (2008 p.79):

> "O desenvolvimento da Contabilidade sempre esteve articulado à evolução da própria humanidade e de seus avanços, tanto no que concerne à organização social, quanto no campo do aperfeiçoamento das técnicas e do avanço científico e tecnológico."

Segundo Iudícibus (2006, p. 48), "...somente existe uma Contabilidade, baseada em postulados, princípios, normas e procedimentos racionalmente deduzidos e testados pelo desafio da praticabilidade".

A Contabilidade é aplicada na prática, com base em toda teoria já existente, e toda a necessidade de aplicação da contabilidade para mensurar as mutações do patrimônio geram um campo de atuação imenso, capaz de proporcionar várias oportunidades para interessados em seguir essa profissão.

> "A Contabilidade é um produto de seu meio. Ela resulta das condições sócio-econômico-político-legais, bem como de suas limitações e influências,

> que variam no tempo. Seu campo de atuação é muito amplo, podendo abranger as pessoas físicas e as entidades de finalidades não lucrativas e entidades de Direito Público, como Estado, Município, União, Autarquia". (SZUSTER, 2008, p.20)

A contabilidade fornece instrumentos, que são as demonstrações contábeis, cuja funcionalidade é servir de base para o auxilio na visualização da situação econômico-financeira de qualquer empresa, seja ela, grande, médio, pequeno porte ou micro empresa.

> "...Assim, sua importância ultrapassou as fronteiras, deixando de ter sua utilidade limitada ao campo doméstico para servir de instrumento de processo decisório em nível internacional, principalmente no atual cenário de globalização dos mercados". (NIYAMA, 2007, p.15)

Em resumo a Contabilidade atende as necessidades de apuração das mutações do Patrimônio, seja de necessidade de pessoas, organizações, nacionais e internacionais, pode-se concluir que a Contabilidade está presente no dia a dia da vida de todos.

2.1.1 Objetivos e Informações Gerados Pela Contabilidade

A Contabilidade tem um papel de fundamental importância dentro da organização, pois é através dos demonstrativos, elaborados por profissionais contábeis, que se tem base para a tomada de decisões no ambiente empresarial, ou seja, a Contabilidade tem como objetivo o controle do patrimônio das empresas, a apuração do resultado, e a prestação de diversas e importantes informações de acordo com os princípios éticos para os seus diversos usuários.

> "O objetivo científico da Contabilidade manifesta-se na correta apresentação do Patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações. Já sob ótica pragmática, a aplicação da Contabilidade a uma Entidade particularizada, busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômico, financeira e física do Patrimônio da Entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios". (CFC, 2006 p. 21)

A forma com que se apresentam os demonstrativos contábeis faz com que estes se transformem em informações importante para o desenvolvimento da entidade, pois, significa divulgar a situação financeira, e econômica da organização, que servirá para a análise de determinados usuários, o que o influenciará na tomada

de decisões, cujo objetivo é o desenvolvimento e crescimento da entidade e outros interesses particulares.

Como cita Ernst & Young, Fipecafi (2009, p.3) “O objetivo das demonstrações financeiras é fornecer informações sobre a posição financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, dando suporte a avaliações e tomadas de decisão econômica”.

Conforme a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (2007, p.56), definem quanto às informações fornecidas pela Contabilidade, ressaltam que esta deve permitir que o usuário possa:

> - “observar e avaliar o comportamento;
> - comparar seus resultados com os de outros períodos ou Entidades;
> - avaliar seus resultados à luz dos objetivos estabelecidos;
> - projetar seu futuro nos marcos políticos, sociais e econômicos em que se insere”.

Volta-se a questão de que a Contabilidade tem como principal objetivo atender as demandas das empresas quanto a informações precisas e fidedignas quanto às variações do Patrimônio.

2.1.2 Os Princípios Fundamentais de Contabilidade

Consideram-se os Princípios fundamentais, bases para o desenvolvimento de uma determinada ciência, e os Princípios Fundamentais de Contabilidade são de extrema importância na criação das normas contábeis, pois eles existem com a finalidade de servir como pilar do sistema das normas brasileiras.

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) N° 750/93 de 29.12.1993, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 31.12.1993 são:

2.1.2.1 Da Entidade

> "Art. 4° reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos..." (CFC, 2006, p.24)

O patrimônio particular dos sócios ou acionistas, ou seja, pessoas físicas, nunca deve ser confundido com o patrimônio da empresa, que tem personalidade jurídica.

2.1.2.2 Da Continuidade

Art.5° A continuidade ou não da entidade, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

A continuidade da contabilidade é um aspecto a ser observado cuidadosamente para que se tenha um controle da situação.

2.1.2.3 Da Oportunidade

> "Art.6° O princípio da Oportunidade refere-se simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram". (CFC, 2006, p.28).

Parte dos atos contábeis gerais para os fatos registrados em particular.

2.1.2.4 Do Registro Pelo Valor Original

> "Art.7° Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da Entidade". (CFC, 2006, p.30).

O as variações do patrimônio devem ser registradas pelos valores originais das transações, na moeda do país e expressos em valor presente.

2.1.2.5 Da Atualização Monetária

> "Art.8° Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais". (CFC, 2006, p.33).

Este princípio refere-se à atualização monetária, porém de acordo com a Resolução CFC n.° 900/01 que dispõe sobre a aplicação desse princípio, considera de acordo com padrões internacionais de Contabilidade, somente requer a atualização do princípio quando a taxa acumulada de inflação, no triênio se aproxima ou exceda a 100%, em virtude da implantação do Plano Real, que por sinal foi um sucesso, e manteve a inflação brasileira controlada, a partir de 22 de março de 2001, este princípio foi suspenso no País.

2.1.2.6 Da Competência

> "Art.9° As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento". (CFC, 2006, p.34).

Os fatos contábeis devem ser registrados de acordo com a data em que acontecem.

2.1.2.7 Da Prudência

> "Art.10° O princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido" (CFC, 2006, p.39).

Este princípio sinaliza que, quando identificadas situações que influenciem na redução do ativo, este deve ser registrado, exemplo, a constituição da provisão para devedores duvidosos, uma vez que reduzirá meu ativo conseqüentemente diminuirá o patrimônio líquido, como também a constituição da provisão para perdas trabalhistas que resultará no aumento do passivo e diminuição do patrimônio líquido.

2.1.3 NBC's – Normas Brasileiras de Contabilidade

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Resolução n° 751/93 dispõe, sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade, onde estabelece regras de conduta para o exercido da profissão contábil, as chamadas NBC's.

As NBC's foram criadas por um grupo de estudos organizado pelo CFC, em que entenderam que as normas deveriam estar em harmonia com os princípios fundamentais de Contabilidade, sendo este trabalho norteador no desempenho dos trabalhos dos contabilistas.

As NBC's possuem a classificação de profissionais e técnicas, onde os profissionais, de acordo com a Resolução já citada, em seu art. 2° diz que:

> "§ 1° "As Normas Profissionais estabelecem regras de exercício profissional, caracterizando-se pelo prefixo NBC P.
>
> § 2° As Normas Técnicas estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade, caracterizando-se pelo prefixo NBC T.
>
> § 3° As Interpretações Técnicas podem ser emitidas para esclarecer o correto entendimento das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC)" (CFC, 2006, p.58).

Em 26 de outubro de 2007, o CFC através da Resolução n° 1.106, teve como objetivo divulgar que, em razão de que o atual estilo utilizado nas NBC's, não permitia o total alinhamento conceitual requerido às normas internacionais de contabilidade e de auditoria, e considerando a criação do CPC seguir os mesmos padrões adotados pelas normas internacionais, resolveu que as NBC's, editadas pelo CFC, deveriam seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais.

Essa mesma Resolução já foi revogada pela n° 1.156 de 13 de fevereiro de 2009, e dispõe sobre a estrutura das normas brasileiras de contabilidade, estabelecendo em seu Art.2° letra b sobre:

> "conceitos doutrinários, princípios, estrutura técnica e procedimentos a serem aplicados quando da realização dos trabalhos previstos nas normas aprovadas por resolução emitida pelo CFC, de forma convergente com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB – Comitê Internacional de Normas de Contabilidade e as Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração e as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público emitidas pela IFAC – Federação Internacional de Contadores".

2.1.4 Usuários da Contabilidade

Existem duas classificações para os usuários da contabilidade, tanto podem ser internos como externos, os internos são os sócios ou acionistas, administradores e outros responsáveis pela tomada de decisões e até mesmo os empregados da empresa.

Considera-se como usuário externo, os investidores, fornecedores, bancos, governo, enfim todos que observam os demonstrativos de forma geral.

De acordo com Iudícibus (1998), a contabilidade tem sido aplicada a qualquer tipo de pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham a necessidade de exercer atividades econômicas para alcançar seus objetivos com ou sem finalidade lucrativa. Os sócios, acionistas e proprietários de quotas societárias de forma geral têm o interesse na rentabilidade e segurança de seus investimentos, informações sintéticas. Os diretores, administradores, executivos buscam com os demonstrativos contábeis informações sobre diversos aspectos da gestão financeira e econômica da empresa, que os ajudam na tomada de decisões, e nos planejamentos futuros, e para os economistas serve de base para análises econômicas.

A contabilidade no Brasil, a princípio, era para atender a esses usuários, porém, tem-se hoje como o principal usuário da contabilidade, o fisco, que se baseia nas informações contábeis e exerce o poder de tributar e arrecadar impostos.

Pessoas físicas utilizam a contabilidade para o controle das finanças, ou seja, do patrimônio individual.

2.1.5 O Profissional Contábil

Analisando de forma minuciosa, verifica-se que o profissional contábil possui tarefa importante dentro da entidade, que presta serviço, uma vez que o contador é o responsável por apresentar informações corretas e fidedignas de acordo com a Legislação, os Princípios e as Normas vigentes no País, enfim tudo o que é necessário para a execução de um trabalho prestado com ética e fidedignidade, ele assume posição de fundamental necessidade para a empresa, no tocante a tomada de decisões.

> "O grande desafio da educação contábil é adequar seus aprendizes à demanda da realidade econômica com responsabilidade e competência. A linha educacional que tem sido adotada impossibilita o aluno de criar e torna-o reprodutor de idéias entendidas como verdades absolutas. O contador deve ser capaz de desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e controle gerencial e exercer com ética suas atribuições. Além disso, deve estar integrado com os problemas da sociedade e assumir uma postura de maior autonomia e participação na sociedade". (SILVA, 2004, p.23)

As Instituições de Ensino Superior devem se preocupar e muito com a qualidade do ensino de contabilidade, e a devida preparação teórica-prática do curso, devido ao fato da grande demanda de profissionais capacitados para assumir essa área dentro das organizações.

A convergência para as normas internacionais há alguns anos era observada como um grande transtorno para os contadores, devido ao fato de que ao adotar as normas internacionais, os contadores brasileiros terão que passar por um reaprendizado, ou seja, buscar se atualizar sobre as novas Leis e as novas normas de Contabilidade, pois a maioria dos profissionais contábeis brasileiros não conhecem as IFRS.

> "A ação positiva dos órgãos da profissão no treinamento desse batalhão de profissionais significará a inclusão do profissional brasileiro no cenário internacional, competindo pela qualidade da informação contábil, pelo avanço da economia e pela empregabilidade de todos". (ANDRADE, 2007 p. 64)

Com a adoção das IFRS no País, significará uma grande oportunidade também para os profissionais recém formados e para os que atuam na área, uma vez que demandará a necessidade de inúmeros profissionais capacitados, para orientar as organizações sobre essas mudanças e quem tiver o interesse em se preparar nesse assunto certamente será muito requisitado. Porém, um dos grandes desafios encontrados pelos profissionais primeiramente é de manter-se atualizado,

buscando conhecimentos, sobre tudo o que está se passando na área, para adaptar-se as novas normas, aprender inglês ou espanhol, domínio da tecnologia de softwares, enfim será uma gama de desafios que os profissionais enfrentarão, para o bom desempenho dos trabalhos no dia a dia.

> "...Os ajustes em sistemas é um dos principais desafios, principalmente porque as informações em IFRS precisarão atender a uma demanda mensal ou talvez diária. Os desafios de longo prazo estão mais relacionados a treinamento, [...] primeiro porque não existem muitas organizações preparadas para oferecer treinamentos específicos sobre IFRS ajustados ao nosso ambiente de negócios, e também porque começa haver muita demanda para esses treinamentos..." (KPMG, *Risk Advisory Services Ltda* 2008, p.10)

Com o processo de convergência os profissionais contábeis que almejarem permanecer atuante no mercado de trabalho, precisam se inteirar urgentemente sobre o assunto, e tentar superar os desafios conseqüentemente trazidos por essas mudanças na Contabilidade brasileira é imprescindível a atualização desse profissional, também pelo motivo dele ser um referencial para esclarecimentos por parte dos usuários das informações contábeis para as organizações.

2.2 Contabilidade no Brasil

No País, a contabilidade possui um histórico recente de seu desenvolvimento, em virtude de na década de 70 muitas empresas despertarem o interesse, quanto à abertura do mercado de capitais.

> "O desenvolvimento da contabilidade no Brasil, também, está fortemente atrelado ao desenvolvimento econômico do país. No período de 1970 a 1975, o Brasil experimentou taxas elevadas de crescimento econômico do Produto Interno Bruto, despertando o interesse de investidores e banco estrangeiros, principalmente pela abundância de recursos disponíveis à época" (NIYAMA, 2007 p.1).

A contabilidade no País, sempre sofreu influência dos órgãos governamentais, porém, com o intuito de mudar essa visão e conseqüentemente alterar o foco dos usuários contábeis foi se aprimorando uma forma de transformar essa realidade, e a necessidade de ter o Brasil globalizado também na área contábil contou muito para que isso acontecesse.

Ainda de acordo com citações de Niyama (2007, p. 2) no que tange ao "ambiente legal e regulamentar da contabilidade no Brasil":

> "A contabilidade brasileira tradicionalmente foi vinculada à legislação (originariamente à tributária e depois à societária em conjunto) e à regulamentação por organismos governamentais (Banco Central do Brasil, Superintendência de Seguros Privados, Comissão de Valores Mobiliários, entre outros), sendo politicamente fraca a influência de órgãos de classe ou institutos representativos da profissão para determinação dos procedimentos contábeis". (NIYAMA, 2007 p.2)

O grande impulso para o avanço e a mudança desse foco, foi a promulgação da Lei 11.638/07 que alterou alguns itens da Lei 6.404/76, e determinou que esse processo seria obrigatório para as empresas consideradas de grande porte pela referida lei até o ano de 2010.

> "A redenção começou efetivamente com a citada Lei n° 11.638/07, que pretende promover o divórcio não conflituoso almejado: espera-se que a partir de tal Lei, o "balanço de declaração", continuando a estar em aderência ás regras tributárias, deixe de ser divulgado como demonstração financeira para uso público e seja reconduzido ao lugar de onde nunca deveria ter se afastado – o de uma relação sigilosa entre Fisco e Contribuinte". (ERNEST & YOUNG e FIPECAFI, 2009, p. xiv)

Ainda, conforme descreve Szuster *et al* (2008, p. 73):

> "A Lei n° 11.638/07, que alterou a matéria contábil regulada pela Lei n° 6.404/76 e também alterou a lei de criação da CVM (Lei n° 6.385/76), autorizou que a CVM, o Banco Central do Brasil (BACEN) e demais agências reguladoras firmem convênios com uma entidade autônoma que tenha por objeto de estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria. Tal entidade é o CPC. Isto é muito importante, pois legitima e reveste de legalidade o CPC e os pronunciamentos já emitidos".

Com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), espera-se que a Contabilidade passe a ser regulamentada por um órgão representativo da classe contábil, desprendendo-se dos órgãos federais.

2.2.1 Conselho Federal de Contabilidade - CFC

O CFC foi criado pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946.

O Conselho conta hoje com a participação de 27 conselheiros efetivos e o mesmo número de suplentes.

É o órgão que representa os Conselhos Regionais de Contabilidade CRCs , situados no país todo, de acordo com a próprio órgão tem os seguintes objetivos.

> "1 Orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade, cada um em sua base jurisdicional, nos Estados e no Distrito Federal.

> 2 Representar os CRCs, e sob a forma de Conselho Especial de Tomada de Contas, examinar e julgar as contas do CFC, organizadas e prestadas por seu Presidente". (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2009)

O CFC contribui bastante no processo de convergência, pois, como cita Girotto (2009, p.7):

> "... além de criar (Resolução 1.055/05) e de compor o CPC juntamente com outras cinco entidades nacionais, faz a homologação dos Pronunciamentos Técnicos. Durante o ano passado o CFC, realizou uma série de ações, visando à aplicação da nova Lei".

O CFC tem grande influência no processo de convergência para os padrões internacionais, é uma "Autarquia Especial de Caráter Corporativista, sem vínculo com a Administração Pública Federal" segundo matéria publicada no próprio site do CFC.

2.2.2 Conselho Regional de Contabilidade – CRC

Os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) são órgãos que representam a classe contábil, mais precisamente os profissionais contábeis, de cada região, juntos todos eles são parte integrante do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Os CRCs de forma geral, possuem a função de registrar os profissionais da área contábil e as empresas contábeis da região onde se encontram.

Todos os CRCs possuem a função de fiscalizar, orientar, acompanhar, disciplinar, os profissionais contábeis e os escritórios devidamente registrados, frisando sempre pelo seguimento dos princípios éticos e morais, necessários para o bom desempenho de qualquer profissão.

O CRC-MT (2009) ressalta que o Conselho "... prima pelo desenvolvimento de ações que fortaleçam e valorizem o profissional de contabilidade, além de realizar a integração da profissão, intraclasse e com a sociedade".

2.2.3 Banco Central do Brasil – BACEN

O Banco Central do Brasil (BACEN) faz parte do Sistema Financeiro Nacional, é um órgão governamental que foi promulgado no dia 31 de dezembro de 1964, a Lei n° 4.595, essa lei ficou conhecida como a Lei da reforma bancária.

> "Até a edição dessa lei, os órgãos responsáveis pela gestão da política monetária, de crédito e de finanças públicas concentravam-se no Ministério da Fazenda, na Superintendência da Moeda e do Crédito e no Banco do Brasil. A condução da política econômica requeria uma alteração na estrutura de comando que já não atendia aos seus crescentes avanços e responsabilidades. Mencionada lei criou o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, sendo estabelecidos normas e rotinas de funcionamento e procedimentos de qualificação aos quais deveriam subordinar-se as instituições do Sistema Financeiro Nacional". (NIYAMA, 2007, p. 6)

Caracteriza-se por funcionar como uma autoridade monetária no país, e que desempenhava essa função antes do BACEN, era o Banco do Brasil, o Tesouro Nacional e a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

> "Após a criação do Banco Central buscou-se dotar a instituição de mecanismos voltados para o desempenho do papel de "banco dos bancos". Em 1985 foi promovido o reordenamento financeiro governamental com a separação das contas e das funções do Banco Central, Banco do Brasil e Tesouro Nacional". (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009).

O BACEN tem importante função no Sistema Financeiro Nacional (SFN), é o responsável por garantir que sejam executadas as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), e funciona como um agente que regula e fiscaliza o SFN.

> "... O Bacen substituiu a Sumoc, com todas as suas atribuições, mas com importantes mudanças, quais sejam, (a) a emissão de moeda ficou sob sua inteira responsabilidade; (b) as operações de crédito ao Tesouro só poderiam ser feitas agora pelo BC, através da aquisição de títulos emitidos pelo Tesouro; (c) a Cared e a Camob foram abolidas, e seus valores líquidos incorporados ao BC; (d) o controle e a execução das operações de câmbio passaram do Banco do Brasil para o BC; (e) criou-se o Conselho Monetário Nacional (CMN), para substituir o Conselho da Sumoc, agora com nove membros, dos quais apenas um pertencente ao Banco do Brasil; (f) o Banco do Brasil permaneceu como agente financeiro do Governo, mas sem o privilégio de fornecer crédito ao mesmo; (g) o BC ficou com a possibilidade de delegar ao Banco do Brasil a função de guardar as reservas voluntárias dos bancos e de efetuar a compensação de cheques; (h) a Caixa de Amortização do Tesouro foi abolida e a função de emitir tornou-se privilégio do Banco Central". (CORRAZZA, 2009, p.01)

Por ser considerado o "Banco dos Bancos" o BACEN, tem a obrigação de acompanhar todos os bancos que funcionam no país, e garantir que esses trabalhem de acordo com as normas estabelecidas.

No processo de Convergência o BACEN, foi um dos primeiros juntamente com a CVM a adotar os padrões contábeis internacionais, emanados pelo IASB no país.

2.2.4 Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON

Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), quando foi constituído era conhecido pela sigla IAIB, foi criado no dia 13 de dezembro de 1971, depois de algum tempo, houve a troca para a sigla IBRACON, em 1° de julho de 1982.

Szuster *et al* (2008, p. 74) define que o respectivo órgão:

> "... tem a função de discutir, desenvolver e aprimorar as questões éticas e técnicas da profissão de auditor e de contador e, ao mesmo tempo, atuar como porta-voz dessas categorias diante de organismos públicos e privados e da sociedade em geral".

O instituto representa os Auditores, contadores que atuam em diversas áreas e estudantes de Ciências Contábeis, foi criado com o objetivo de ser o único representante desses profissionais.

Diversos órgãos governamentais acompanham o trabalho do IBRACON, tais como: CVM, SUSEP e BACEN, em razão de que o Instituto segue princípios éticos na execução dos trabalhos, e também por ser uma entidade responsável e com credibilidde, pois tem como interesse proporcionar qualidade nos serviços de classe.

Atualmente o órgão possui como associados mais de dois mil profissionais em todo País.

Outra preocupação do IBRACON é com a formação dos profissionais, em função disso está sempre realizando cursos, encontros, palestras com o intuito de contribuir para a qualificação dos profissionais.

2.2.5 Lei n°. 6.404/76 – Lei das Sociedades Anônimas

A promulgação da Lei nº 6.404 no dia 15 de dezembro de 1976, foi um marco na história da Contabilidade brasileira, pois foi criada no mesmo ano em que foi instituída a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas duas criações nesse ano foram em virtude do País apresentar, há alguns anos antes um crescimento considerável nas taxas econômicas e no Produto Interno Bruto (PIB), o que

despertou um grande interesse por parte de empresas de capital estrangeiro em captar recursos no Brasil.

Conforme pronuncia Szuster *et al* (2008, p.72):

> "A lei que criou a CVM (Lei n° 6.385/76) e a Lei das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404/76) disciplinaram o funcionamento do mercado de valores mobiliários e a atuação de seus protagonistas, assim classificados, as companhias abertas, os intermediários financeiros e os investidores, além de outros cuja atividade gira em torno desse universo principal".

De acordo como escreve Niyama (2007, p.1), a referida lei:

> "... trouxe inovações à época, principalmente na criação de registros auxiliares para atender a exigências fiscais e na necessidade de se observarem princípios contábeis geralmente aceitos para fins de escrituração mercantil".

Criada na época do regime militar, a Lei 6.404/76 foi a primeira Lei das Sociedades Anônimas (S.A.) "...provocou uma revolução na Contabilidade Brasileira. Foram tantas as mudanças que os contabilistas tiveram, praticamente, que reaprender a sua profissão". (BUGARIM, 2009 p. 3)

A criação da Lei 6.404/76 teve forte influencia do modelo norte-americano de regulamentação contábil, ou seja, na forma de observar dos americanos. Porém trouxe inúmeros benefícios para o mercado acionário na época e as Sociedades Anônimas.

Serviu também como uma tentativa para desvincular a contabilidade dos aspectos tributários, a qual o país vinha seguindo anteriormente, pois o principal objetivo era atender as necessidades dos investidores, os então chamados usuários externos da contabilidade que detinham de capital e investiam no país.

Fazendo um resgate na história, Dias e Caldarelli (2008, p. 7) dizem que:

> "... A exposição dos motivos que justificava a necessidade da sua aprovação considerava que"... era necessário criar as condições jurídicas para carrear para o nascente mercado de capitais brasileiro a poupança privada nacional". Naquele momento, o objetivo foi democratizar o capital das empresas, dar vida à figura do acionista minoritário e abrir os números da sociedade mercantil, adotando-se práticas contábeis compatíveis".

2.2.6 Comissão de Valores Mobiliários – CVM

A Lei 6.385 de 07 de dezembro de 1976, em seu artigo 5° dispõe sobre a criação da autarquia federal, ou seja, é um órgão oficial do governo responsável pela

fiscalização do mercado imobiliário no país, é um órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, possui personalidade jurídica, funciona como o órgão máximo, do mercado de valores mobiliários, podemos citar como exemplo as ações e debêntures.

Sua sede é localizada no Rio de Janeiro, e possui duas outras representações, uma no estado de São Paulo e outra em Brasília.

A seguir destacam os poderes da Comissão, de acordo com a própria autarquia suas atribuições são:

> - "Assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão;
> - Proteger os titulares de valores mobiliários contra emissões irregulares e atos ilegais de administradores e acionistas controladores de companhias ou de administradores de carteira de valores mobiliários;
> - Evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários negociados no mercado;
> - Assegurar o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e as companhias que os tenham emitido;
> - Assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários;
> - Estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários;
> - Promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas".(Comissão de Valores Mobiliários, 2009)

É responsável por normatizar, disciplinar e fiscalizar a atuação dos que participam do mercado de capitais, em resumo tem poderes para controlar tudo o que acontece no mercado mobiliário, onde as grandes empresas, as Sociedades Anônimas se responsabilizam pela emissão de ações e debêntures.

A CVM foi a grande responsável, no Brasil pelo processo de convergência às normas internacionais, no início emitiu alguns pronunciamentos até a publicação de um ofício circular no dia 25 de fevereiro de 2005, onde já incentivava o País a adotar o modelo que vinha sendo seguido por alguns países da União Européia, a partir dessa iniciativa da CVM passou a ser vista como a responsável pelo amadurecimento da idéia da harmonização das normas no Brasil com as normas emitidas pelo IASB.

2.2.7 Lei 11.638/07

A Lei n.º 11.638, foi publicada em 28 de dezembro de 2007, é o resultado da conversão em Lei do Projeto de Lei n.º 3.741/2000, que alterou profundamente a parte contábil da Lei n° 6.404/76 a Lei das Sociedades por Ações, foi um grande passo para colocar o Brasil definitivamente no caminho da convergência.

Essa nova Lei possui vários pontos de convergência com as normas internacionais, que de imediato não implicará adoção das IFRS nem significará convergência total entre as práticas contábeis brasileiras e as internacionais.

A referida Lei para Girotto (2009, p.7) foi reformulada para, "... adequá-la à necessidade de maior transparência e qualidade das informações contábeis, em virtude da realidade econômica do Brasil e do mundo, com suas economias globalizadas e mercados abertos aos fluxos de capitais estrangeiros".

De acordo com comentários da *DeloitteTouche Tuhmatsu*, (2008, p.1)

> "Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência da práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade".

Com o intuito de esclarecer as alterações trazidas pela referida Lei n.° 11.638/07, a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (2008, p.30) afirma que:

> "A lei também admite que o processo de normatização contábil seja centralizado, por meio de um órgão que tenha as características por ela citadas, permitindo que os organismos federais reguladores façam convênio com ele para adoção das regras contábeis que ele emitir".

Num breve resumo, de acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (2008), a referida Lei, em seu artigo 5° dispõe quanto à autonomia liberada para a Comissão de Valores Mobiliários e o Banco Central do Brasil e outros órgãos reguladores, para celebrar convênios com entidades cuja função é o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, ou seja, com fulcro neste artigo celebrou-se convênio com o CPC, que já havia sido criado em 2005, pela Resolução CPC n° 1.055.

De acordo com argumentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (2008, p. 6), as principais alterações nos aspectos contábeis da nova lei são:

- "Permitir a convergência das normas contábeis adotadas no Brasil às normas internacionais;
- Estabelecer que as normas contábeis a serem editadas pela CVM devem seguir as normas contábeis internacionais;
- Estabelecer a segregação entre escrituração mercantil e fiscal;

> - Criou o conceito de empresas de grande porte com obrigações equivalentes às S.A. (escrituração contábil, auditoria);
> - Previsão para que os órgãos reguladores emissores de normativos contábeis possam firmar convênios com entidade com as características do CPC".

A Lei foi criada com o objetivo de tornar as demonstrações contábeis, mais transparentes e de certa forma mais fáceis de serem compreendidas e também colocar o Brasil alinhado aos padrões internacionais de contabilidade.

Para a *DeloitteTouche Tuhmatsu* (2008, p. 1)

> "As modificações na legislação societária brasileira são aplicáveis para todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estendem às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras..."

De acordo com a própria lei, em seu artigo 3° pronuncia parágrafo único de acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (2008, p.28) que:

> "Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)".

Dentre as principais alterações trazidas pela lei destaca-se:

> • "Art. 176 – Demonstrações financeiras obrigatórias
> • Art. 177 – Disposições de lei para cumprimento de obrigações tributárias x disposições da lei das S/A
> • Art. 178 – Definição de Grupos Patrimoniais
> • Art. 179 – Grupos Patrimoniais Componentes do Ativo
> • Art. 182 – Estrutura do Patrimônio Líquido
> • Art. 183 – Critérios de Avaliação do Ativo
> • Art. 184 – Critérios de Avaliação do Passivo
> • Art. 187 – Estrutura da DRE
> • Art. 188 – DOAR / DFC / DVA
> • Art. 197 – Reserva de Lucros a Realizar
> • Art. 199 – Limite de Saldo das Reservas de Lucros
> • Art. 226 – Operações de Transformação / Incorporação / Fusão / Cisão
> • Art. 248 – Avaliação do Investimento em Coligadas e Controladas – Método da Equivalência Patrimonial"
> (SANTOS, 2007, p.26)

A Lei tende a ser benéfica para todos os que investem, trabalham, pois é uma forma de reformular e atualizar a antiga Lei das S.A.s, uma vez que a referida Lei era muito antiga e desatualizada quanto às mudanças culturais e econômicas do país.

2.2.8 Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

O CPC foi criado no ano de 2005, pela Resolução CFC n° 1055, porém foi somente validado em 2007, através do art. 05° da Lei n° 11.638, a Lei das S.A. atualmente pertence como membros efetivos do CPC: a ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas; APIMEC - Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais; BOVESPA Bolsa de Valores de São Paulo; CFC – Conselho Federal de Contabilidade; IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil; FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis é uma entidade autônoma em relação aos órgãos reguladores que representa, e estes são na maioria contadores, que não são remunerados pelos seus serviços prestados. Participam do comitê 2 (dois) membros de cada organização, podendo participar como convidados representantes dos seguintes órgãos: BACEN – Banco Central do Brasil; CVM – Comissão de Valores Mobiliários; SRF – Secretaria da Receita Federal; SUSEP – Superintendência dos Seguros Privados, também pode participar outras entidades ou especialistas convidados, comissões e grupos de trabalho que poderão ser formados para dirimirem sobre temas específicos.

O CPC foi criado para ser um órgão centralizador e emissor das NBC's que ditam todo o processo de convergência. Tem a função de ser o responsável em facilitar a atuação de todos os organismos que detêm o poder de emitir os pronunciamentos, resoluções como é o caso do CFC, aos usuários das informações contábeis.

Em resumo o CPC pode ser formado apenas por contadores, porém, pode participar órgãos governamentais, tais como: Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal (SRF), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), abre a exceção de participarem paralelamente representantes de outras entidades ou organizações.

Tem como objetivo de acordo com a Resolução CFC n°. 1.055/05:

> "... o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de

> produção, levando sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais". (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2009).

Os pronunciamentos técnicos necessariamente precisam passar por audiência pública para serem aprovados, o mesmo acontece com as orientações e as interpretações. É responsabilidade do comitê divulgar pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações sobre os seus objetivos principais.

2.2.9 Medida Provisória (MP) 449/08

Com o objetivo de complementar a referida lei, criou-se a Medida Provisória (MP) 449 publicada no dia 4 de dezembro de 2008, que apresenta a neutralidade fiscal em relação aos efeitos causados pela Lei 11.638/07. Teve como principal objetivo.

> "... A MP alterou e acrescentou alguns artigos à Lei, simplificando a reconciliação entre as contabilidades societária e a fiscal e eliminando, em grande parte, se não totalmente, as incertezas sobre os potenciais efeitos fiscais da adoção da Lei." (FERREIRA, *apud* GIROTTO, 2009, p.15)

A referida MP 449/08 altera dispositivos da Lei 6.404/76, a primeira Lei das S.A.

> "A MP 449 trata desde uma anistia fiscal (remissão) para os débitos fiscais vencidos há mais de cinco anos (que na realidade é uma anistia daquilo que o Executivo nunca iria mesmo receber – logo sem nenhuma renúncia fiscal como se vem divulgando desde então), passa pela criação do Regime Tributário de Transição (RTT) que procura tratar da neutralidade tributária que prevê a Lei 11.638/2007, até a alteração de datas para a manutenção de alguns setores (construção) no regime cumulativo do PIS/Cofins, alteração na estrutura dos Conselhos de Contribuintes, alterações na Lei 6.404/76, além de matérias não relacionadas e que não deveriam estar na MP 449". (BRANCO, 2009).

A Lei 11.638/07 há quem diga que foi aprovada muito rápida, e como afirma Ferreira (*apud* GIROTTO 2009, p.15) "... dessa forma, a Medida Provisória n°. 449 aproveitou, para fazer alguns outros pequenos ajustes necessários para deixar a Lei mais precisa".

Outro aspecto importante da criação da MP 449/08 foi separar de forma clara e objetiva nas demonstrações contábeis os aspectos tributários dos societários.

2.3 Contabilidade Internacional

Não se tem uma data pré-definida para início dos primeiros estudos sobre Contabilidade Internacional.

> "Na literatura mundial, não há uma data exata que defina o início dos estudos sobre Contabilidade Internacional, mas pode-se traçar uma linha divisória por volta de 1950-1960, após o término da Segunda Guerra Mundial e o restabelecimento do comércio internacional mundial". (NIYAMA, 2007, p. 21)

Cada país possui seus princípios, regras, normas, legislação pertinente as demonstrações contábeis, isto significa dizer que a forma de escrituração de cada país e os procedimentos contábeis são diferentes de um para o outro, em razão de suas particularidades e realidade.

Com o crescimento e expansão do mercado de capitais entre diversos países, com o passar dos anos, foi se observando a necessidade de apresentação de demonstrativos contábeis de forma entendível perante todos. Foi a partir daí que se começou a pensar em harmonização contábil.

Porém a harmonização contábil implica dizer que, é manter as particularidades de cada país, mas buscando ao mesmo tempo unir os aspectos contábeis e criar um modelo a ser seguido por todos, que visa à informação e compreensão de todos os mesmos modelos a ser seguido, para que, por exemplo, as demonstrações contábeis produzidas em países da Europa sejam entendidas por brasileiros e vice e versa.

Conforme descreve Niyama (2007, p. 40) "A busca de uma harmonização contábil internacional tem envolvido iniciativas de diversos organismos em nível mundial, bem como esforços de algumas entidades profissionais de classe, de âmbito regional...".

Internacionalmente existem vários órgãos envolvidos que se uniram com o objetivo de criar um padrão a ser seguido internacionalmente.

Diversos órgãos se preocuparam com as divergências nas informações contábeis existentes no mundo todo, e tentam fazer com que essas informações sejam de fácil entendimento entre as empresas no mundo. Podem-se citar como organizações empenhadas nesse processo o *International Accounting Standards Board* (IASB) e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB).

Segundo menciona Carvalho (*apud* GIROTTO 2009, p. 13)

> "A Europa por meio da Comissão Européia e do Parlamento Europeu, sediados em Bruxelas, deliberou em 2000 que as cerca de sete mil companhias abertas da União Européia passariam a adotar as normas internacionais IFRS a partir de 2005".

De acordo como descreve a *KPMG Risk Advisory Services Ltda*. (2008, p. 04)

> "Desde 1° de janeiro de 2005, data oficial de implementação das normas internacionais, diversos países aderiram a esse padrão contábil e outros têm implementado programas de convergência entre suas normas locais e as IFRS..."

Internacionalmente, a começar por países da União Européia já adotaram as práticas contábeis IFRS a partir do ano de 2000 e definitivamente em 2005. Isso faz com que haja globalização também na área contábil.

2.3.1 *International Accouting Standards Committee* – IASC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

O IASC foi criado em 1973, mais precisamente em 29 de junho do referido ano, pelos organismos profissionais da Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Irlanda, Japão, México, Holanda e Reino Unido.

> "... A nova entidade foi criada com o objetivo de formular e publicar, de modo totalmente independente, um novo padrão de normas contábeis internacionais que pudesse ser mundialmente aceito. O IASC é uma fundação independente sem fins lucrativos e com recursos próprios procedentes das contribuições de vários organismos internacionais, assim como das principais empresas de auditoria. Os primeiros pronunciamentos contábeis publicados pelo IASC foram chamados de IAS...". (BANCO BRADESCO, 2008)

Já em 1973, se pensava em contabilidade globalizada, padrões mundialmente aceitos de demonstrações contábeis. O que se tornou realidade muito tempo depois, no entanto o IASC, emitia seus pronunciamentos através das *International Accouting Standards* (IAS).

Diversas normas do IASC continuam vigentes atualmente, apesar de terem sofrido alterações ao longo do tempo. As principais IAS vigentes consolidadas são:

> "IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras
> IAS 2 – Estoques
> IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa
> IAS 8 – Tratamento de Erros, de Mudanças de Práticas e de Estimativas Contábeis

> IAS 10 – Eventos Subseqüentes a data do Balanço
> IAS 11 – Contrato de Construção
> IAS 16 – Ativo Imobilizado
> IAS 17 – Arrendamento Mercantil
> IAS 18 – Receitas
> IAS 19 – Benefícios a Funcionários
> IAS 20 – Tratamento de Incentivos Fiscais e Divulgação de Assistência Governamental
> IAS 21 – Tratamento dos Efeitos de Variações Cambiais
> IAS 23 – Custos de Empréstimos e Financiamentos
> IAS 24 – Transações com Partes Relacionadas
> IAS 26 – Planos de Previdência e Benefícios de Aposentadoria
> IAS 27 – Demonstrações Contábeis Consolidadas
> IAS 28 – Investimentos em Coligadas
> IAS 29 – Demonstrações Contábeis em Economias Hiper inflacionárias
> IAS 31 – Tratamento de Investimentos Compartilhados (Joint Venture)
> IAS 32 – Instrumentos Financeiros – Divulgação e Apresentação
> IAS 33 – Apuração de Lucro por Ação
> IAS 34 – Relatórios Financeiros Intermediários
> IAS 36 – Redução do Valor Recuperável de Ativos (Impairment)
> IAS 37 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes
> IAS 38 – Ativo Intangível
> IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração
> IAS 40 – Investimentos em Propriedades
> IAS 41 – Agricultura".
> (BERTHOLINI 2008, p.5)

Em 1997, foi criado o *Standing Interpretations Committee* (SIC), que são as primeiras interpretações emitidas pelo IASC, cujo objetivo é "... a necessidade de considerar algumas questões contábeis que possam receber tratamento contábil divergente ou inaceitável, devido à falta de orientação oficial no local." (SANTOS, SCHMIDT e FERNANDES, 2007, p.12).

Observa-se que a criação desse comitê teve como função principal a de esclarecer das IAS emitidas pelo Conselho.

Atualmente as interpretações consolidadas são:

> "SIC 27 – Avaliação da Essência versus Forma em Transações de Arrendamento Mercantil
> SIC 29 – Divulgação de Tratamentos para serviços de Concessão
> SIC 31 – Tratamento de Permutas Envolvendo Serviços de Publicidade e Propaganda
> SIC 32 – Ativo Intangível Relacionado com Custos de Web Sites".
> (BERTHOLINI 2008, p.9)

Com o passar do tempo, a Fundação IASC, verificou a necessidade de criar o *International Accouting Standards Board* (IASB) para assumir as responsabilidades técnicas da Fundação, porém quem tem o poder de nomear os membros do IASB é a IASC.

2.3.2 *International Accouting Standards Board* – IASB (Conselho de Padrões Contábeis Internacionais)

Atualmente o IASB é o órgão responsável pela emissão de padrões internacionais de contabilidade, suas normas têm sido adotadas por mais de cem países no mundo e pelos países que fazem parte da União Européia.

> "É um órgão independente do setor privado que se destina ao estudo de padrões contábeis, com sede em Londres, Grã-Bretanha. É formado por um Conselho de Membros, constituído por representantes de mais de 140 entidades profissionais de todo o mundo, inclusive o Brasil, representado pelo Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC)". (NIYAMA, 2007 p.40)

É de grande valia para o Brasil ter como participantes do IASB o IBRACON e o CFC, assim facilitam o intercâmbio de informações.

Segundo Niyama (2007 p.41), o IASB tem os seguintes objetivos de acordo com sua constituição:

> "a) desenvolver, no interesse público, um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade, inteligíveis, exeqüíveis, que exijam informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis nas demonstrações contábeis e em outros relatórios financeiros, para ajudar os participantes do mercado de capital e outros usuários em todo o mundo a tomar decisões econômicas;
> b) promover o uso e a aplicação rigorosa dessas normas; e
> c) promover a convergência entre as normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade de alta qualidade".

O IASB é o comitê responsável por editar as IFRS *International Financial Reporting Standards,* que são os mais recentes pronunciamentos emitidos pelo comitê, cujo objetivo e de elaborar e publicar as IFRS, que já são aderidas por diversos países, que adotaram essas normas em harmonia com as normas de seus países, a fim de tornar as normas contábeis de um determinado país, por exemplo, entendidas por usuários das demonstrações contábeis de outros países, facilitando as informações, e tornando assim também globalizada a contabilidade.

As normas consolidadas em IRFS no Brasil são:

> "IFRS 1 – Tratamento da Transição para IFRS
> IFRS 2 – Pagamentos sob forma de Ações (Stock Options)
> IFRS 3 – Combinação de Negócios
> IFRS 4 – Contratos de Seguros.
> IFRS 5 – Ativo Imobilizado Destinado a Venda e Descontinuidade Operacional
> IFRS 6 – Avaliação da Exploração de Recursos Minerais
> IFRS 7 – Divulgação sobre Instrumentos Financeiros

> IFRS 8 – Tratamento de Segmentos Operacionais".
> (BERTHOLINI 2008, p.8)

O termo SIC são as interpretações técnicas emitidas pelo IASC, que em dezembro de 2001, este comitê passou a se chamar IFRIC, *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), que atualmente é o responsável em interpretar os pronunciamentos emitidos pelo IASB, segundo cita o Banco Bradesco "... passou a ser responsável pela publicação, a partir de 2002, de todas as interpretações sobre o conjunto de normas internacionais, denominadas IFRIC".

As mais recentes interpretações consolidadas são:

> "IFRIC 1 – Tratamento de Custos e Passivos Oriundos de Operações Envolvendo Desmanches ou Operações;
> IFRIC 2 – Tratamentos de Rateios de Quotas em entidades Cooperativas
> IFRIC 4 – Identificação Operações de Arrendamento Mercantil em Cláusulas Contratuais
> IFRIC 5 – Tratamento de Direitos Oriundos de Fundos de Recuperação Ambiental
> IFRIC 6 – Passivos e Contingências Oriundo de Tratamentos de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos
> IFRIC 7 – Tratamento de Correção Monetária em Situações de Aplicação IAS 29 em Economias Hiper Inflacionarias
> IFRIC 8 – Escopo de Aplicações do IFRS 2
> IFRIC 9 – Reavaliação de Derivativos
> IFRIC 10 – Recuperação de Ativos (Impairment) em Demonstrações Financeiras Intercalares.
> IFRIC 11 – Tratamento de Transações com Ações em Tesouraria
> IFRIC 12 – Contratos de Serviços de Concessão".
> (BERTHOLINI 2008, p. 9)

O conjunto de normas e interpretações técnicas que compõem as IFRS é formado pelas IAS, que são os primeiros pronunciamentos emitidos pelo IASC, juntamente com as SIC, as primeiras interpretações também emitidas pelo IASC e pelas IFRS que é o nome dado aos pronunciamentos emitidos pelo IASB, juntamente com as IFRIC, que são os mais recentes pronunciamentos emitidos pelo referido órgão.

2.3.3 *International Federation of Accountants* – IFAC (Federação Internacional de Contadores)

O IFAC é o representante da classe contábil em nível mundial.

> "Trata-se de uma organização mundial que representa a profissão contábil. É de natureza não governamental, sem fins lucrativos e não política, sediada em Nova York (Estados Unidos da América), com participação de 157 membros (o Brasil é representado pelo Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), representando 118 países e quase 2,5 milhões de Contadores". (NIYAMA, 2007 p.42).

Funciona como uma organização responsável pelo relacionamento dos profissionais contábeis, dentre suas diversas atribuições, serve também para representar publicamente a profissão contábil quando o interesse é público.

> "Sua missão é a de estreitar o relacionamento da profissão contábil em nível mundial, atendendo à demanda de interesse público, contribuir para o desenvolvimento da economia internacional, estabelecendo e promovendo aderência â elevada qualidade técnica dos padrões profissionais (além de buscar convergência internacional desses padrões) e, finalmente, representar a profissão em assuntos de interesse público". (NIYAMA, 2007 p. 43)

Para que seja divulgada a qualidade técnica dos padrões contábeis, a organização publica através de seus comitês profissionais, espécies de guias de recomendações, para os profissionais contábeis.

Os Comitês são divididos em: Comitê de Auditoria; Comitê de Educação; Comitê de Ética; Comitê de Contadores Profissionais para o Gerenciamento dos Negócios; Comitê do Setor Público e Comitê de Auditores Transnacionais.

Vale ressaltar que a realização dos Congressos Internacionais de Contabilidade é de responsabilidade e coordenação da organização.

2.3.4 *International Organization of Securities Commission* – IOSCO (Organização Mundial das Comissões de Valores Mobiliários).

O órgão apresenta a característica de funcionar como um supervisor do mercado de capitais no mundo, promovendo a interação e regulamentação das normas e informações do mercado de capitais.

De acordo com Niyama (2007, p.46) a função do órgão é:

> "a) cooperar para a promoção de altos padrões de regulamentação do mercado de capitais, de modo a refletir um mercado justo, eficiente e sadio;
> b) promover troca de informações ou outras experiências para o desenvolvimento do mercado de capitais "domésticos";
> c) estabelecer padrões e efetivo monitoramento de transações internacionais, envolvendo títulos; e
> d) promover a integridade do mercado, mediante uma rigorosa aplicação de padrões regulatórios".

Ainda Niyama (2007, p. 46) ressalta que “A IOSCO, em sua reunião anual de 1995 (Tóquio), endossou a obrigatoriedade de adoção das normas internacionais de contabilidade editadas pelo IASB pelas companhias que transacionam no mercado de capitais”.

A CVM é o representante do país nas reuniões regulares da IOSCO.

2.3.5 *Securities Exchange Commission* – SEC (Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos)

A SEC é um órgão do governo federal que é responsável pela edição das normas ditadas pelo *Financial Accouting Standards Board* (FASB), que é o órgão que normatiza a Contabilidade nos Estados Unidos.

A SEC, nos Estados Unidos, funciona como um órgão fiscalizador do FASB, desde o princípio de sua criação em 26 de julho de 1934, de acordo com afirmações de Müller e Scherer (2009 p.105)

> ”... Sua missão [...] foi assegurar a transparência nos mercados acionários daquele país, de maneira a salvaguardar a figura do investidor (principalmente o pequeno investidor). Para tanto, a SEC exige das empresas que negociam ações que periodicamente tornem públicas suas demonstrações financeiras, possibilitando o acesso a elas pelos investidores. Deve-se observar que a SEC detém plenos poderes para determinar os procedimentos contábeis e a forma de elaboração das demonstrações financeiras das companhias abertas norte-americanas”.

O referido órgão tem função importantíssima no mercado de capitais norte americano, em razão de deter o poder de ditar a forma e os procedimentos de contabilizar das companhias de capital aberto nos Estados Unidos (EUA).

> “Nos Estados Unidos da América, o formato e o conteúdo das demonstrações financeiras das companhias abertas são regulados pela SEC, que é a Comissão de Valores Mobiliários norte-americana, de forma similar a CVM brasileira. Não obstante o fato de que a SEC tenha delegado muitas de suas responsabilidades ao FASB, ela freqüentemente acrescenta outras solicitações”. (SANTOS, SCHMIDT e FERNANDES, 2006, p. 25)

A CVM no Brasil foi criada baseada no modelo de atividade e funções da SEC, nos EUA.

2.3.6 *Financial Accouting Standards Board* – FASB (Conselho de Padrões de Contabilidade Financeira)

O FASB é um órgão do setor privado, formado por pessoas que não possuem nenhuma ligação com o mercado de capitais, foi constituído no ano de 1973, é o responsável pelas normas contábeis nos Estados Unidos.

Como cita Muller e Scherer (2009, p.107)

> "... a prerrogativa de estabelecimento de procedimentos contábeis e de divulgação financeira pertence, legalmente, a SEC em relação às companhias abertas. Entretanto, a SEC tem delegado ao Fasb essa prerrogativa. Isso faz com que os pronunciamentos emitidos pelo Fasb se revistam de autoridade substantiva, ou seja, sejam aceitos como oficiais tanto pelo governo, por intermédio da SEC, como pela classe contábil norte-americana".

Quem detém a autonomia formal de criação das normas e procedimentos a serem seguidos pelos contabilistas nos EUA, é a SEC, porém, ela passou os poderes ao Fasb, que hoje é o órgão cuja função é a emissão de padrões contábeis a serem seguidas por todos.

De acordo com Muller e Scherer (2009 p.107)

> "A missão do FASB é, basicamente, estabelecer e aperfeiçoar padrões (práticas) de contabilidade e divulgação financeira. Deve-se observar que o estabelecimento desses padrões é tido como fundamental para o correto funcionamento dos mercados de capitais norte-americanos".

Os pronunciamentos emitidos pelo FASB são denominados SFAS, porém para que seja emitido tal pronunciamento o FASB, através de seus membros colhe opiniões do público, analisam e depois de avaliado que é emitido.

> "Antes de emitir um novo pronunciamento (SFAS), o FASB freqüentemente trabalha com uma força tarefa composta de contadores públicos (CPA's) representativos da indústria, acadêmicos e usuários das demonstrações financeiras para desenvolver um memorando de discussão. Após receber os comentários públicos e ouvir suas opiniões, essa assessoria prepara uma proposta de padrões de contabilidade e a disponibiliza para comentários públicos. Esse instrumento confere ao público uma oportunidade para comentar sobre o projeto antes de ele ser finalizado e emitido como um pronunciamento do FASB". (SANTOS, SCHMIDT e FERNANDES, 2006, p. 26).

Para a emissão das *Statement of Financial Accouting Concepts* (SFAS) são consultados diversos profissionais, e os procedimentos são diversos, primeiro passa pela consultoria, depois é colocado em audiência pública, para questionamentos e sugestões antes de serem emitidos os pronunciamentos definitivamente.

2.4 Processo de Harmonização

Com o intuito de globalizar a contabilidade no país, foi que o Brasil resolveu adotar os padrões internacionalmente aceitos de contabilidade, que são as normas emitidas pelo IASB as chamadas IFRS, que já são práticas adotadas por diversos países no mundo.

Os principais benefícios que tais países almejam com essa harmonização contábil estão nas condições de melhoria na elaboração dos demonstrativos contábeis, visando uma maior transparência, e também para facilitar a comparação e compreensão por outros países.

Outro destaque dentre os incentivos para essa harmonização é a forma de redução dos custos para as empresas que possuem filial fora de seu país de origem, ou até mesmo a matriz, devido ao fato de não precisarem mais transformar seus demonstrativos em outro idioma e de acordo com outras práticas contábeis, pois uma vez que são elaborados os demonstrativos seguindo os mesmos padrões facilita e muito a compreensão, quebrando as barreiras contábeis existentes entre diversos países e melhorando a comunicação contábil entre as organizações.

O ambiente de negócios e o mercado de capitais do Brasil também estão entre os objetivos a serem alcançados com a adoção das IFRS, para ampliá-los e fortalecê-los, para investidores estrangeiros, e com essa harmonização contábil, apesar de ainda apresentar índices de países de terceiro mundo em alguns aspectos, mas, mostra que o País se preocupa com a globalização também na área contábil se equiparando com países de primeiro mundo, ao adotar as IFRS.

> "A harmonização contábil tem sido incentivada pelas entidades do mercado de capitais, à medida que a progressiva derrubada de barreiras para o fluxo de capitais tem feito os investidores demandarem padrões comparáveis dos balanços de empresas de diferentes nações..." (ALVES, 2007 p. 35).

O processo de convergência no Brasil representa um marco na história da contabilidade, começou com a iniciativa da CVM, BACEN e SUSEP, que aderiram por primeiro para as empresas que detinham parte de seu capital em bolsas de valores, o ano de 2005 foi o ano em que esses organismos passaram a adotam as IFRS.

> "... começou com a decidida e explícita adesão das três principais agências reguladoras setoriais no Brasil, as já citadas CVM, SUSEP e Banco Central, às normas internacionais de relatórios financeiros IFRS editadas pelo IASB. Complementa-se esse "vôo rumo à qualidade contábil" com a instalação e a

> eficácia de funcionamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que se propõe- e o vem fazendo galhardamente – a oferecer as orientações necessárias para que as normas contábeis vigentes no Brasil estejam em concordância com as IFRS". (ERNEST & YOUG e FIPECAFI 2009, p. xiv)

O grande passo para a adoção das IFRS no país foi com a promulgação da Lei 11.638/07, que descreve através de seu artigo 1°.

> § 5° "As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3° deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários". (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS, 2008, p.7)

As instituições financeiras a partir do ano de 2010 de acordo com o que estabeleceu o Banco Central juntamente com a CVM, deverão publicar as demonstrações contábeis de acordo com padrões internacionais.

No Brasil o processo de harmonização vem sendo acompanhado por vários organismos dentre eles o CPC que é o responsável pela tradução das normas IFRS.

Porém o processo de convergência traz um grande desafio para os profissionais da classe contábil e de forma geral todos os envolvidos dentro das empresas que participam ativamente nas decisões, pois as organizações necessitam de profissionais principalmente contadores que auxiliem na tomada de decisões do dia a dia dentro das empresas, e não um profissional que serve somente para fazer a contabilidade técnica.

O processo de convergência obriga os profissionais a buscar qualificação, voltar a estudar, acompanhar o processo de perto, aprender outros idiomas, principalmente o inglês, se atualizar em informática, se inteirar sobre as mudanças da nova Lei 11.638/07, da MP 449/08, dos decretos, resoluções que ora vão surgindo.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Como requisito fundamental para a elaboração de um trabalho monográfico, a metodologia, consiste, no conjunto de estudos, técnicas, métodos e ferramentas, ou seja, são os caminhos a serem seguidos para o desenvolvimento de um trabalho científico.

3.1 Delineamento do Estudo

- O trabalho foi desenvolvido através do método de pesquisa indutivo, pois, teve como principal objetivo, esclarecer e identificar de forma geral, os desafios do profissional de contabilidade com foco no município de Juína, mediante o novo cenário de harmonização das normas internacionais de contabilidade no Brasil.

Partiu-se de uma abordagem específica, ou seja, do contexto específico, que foi a identificação dos desafios para os profissionais de contabilidade no município de Juina, para o contexto geral, o processo de harmonização das normas internacionais de Contabilidade no Brasil.

Segundo Fachin (2001, p.30)

> "O método indutivo é um procedimento do raciocínio que, a partir de uma análise de dados particulares, se encaminha para noções gerais. Neste caso, apresenta como forma ordenada do raciocínio dos dados singulares para uma verdade geral..."

- Gil (2002, p.50), discorre sobre levantamento da seguinte forma:

> "As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados".

Os levantamentos são muito utilizados para a comprovação de estudos de diversas opiniões ou atitudes dos entrevistados, tem como uma de suas características conhecer diretamente a realidade.

- Em relação ao tipo de pesquisa, foi adotada a pesquisa do tipo bibliográfica, em virtude, do trabalho ter sido discorrido e realizado, baseado em livros, revistas, artigos de sites, documentos, leis, e outros.

Cervo e Bervian (2002, p. 65) definem:

> "A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema".

Gil (2002 p.44) afirma que: "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos".

A pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa que se busca embasamento teórico sobre o assunto a ser pesquisado, baseado basicamente em idéias de outros autores, que publicaram, seus conceitos sobre o assunto abordado.

- Quanto ao instrumento de pesquisa adotado para a elaboração do trabalho, se utilizou o instrumento de questionário aplicado aos profissionais contabilistas devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso (CRC-MT) no município de Juina.

Beuren (2008, p.130) afirma que: "O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador".

Os questionários foram do tipo fechados, aplicados aos profissionais do município onde tiveram a oportunidade de responderem com calma e devolverem, para a análise e tabulação dos dados.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

As normas internacionais já é realidade no cenário brasileiro, com a promulgação da Lei n° 11.638/07 ficou claro que a partir de sua vigência em 1° de janeiro de 2008 as empresas consideradas de grande porte pela referida lei, já devem iniciar sua contabilização, seguindo o padrão internacional. De início obriga somente as empresas limitadas de grande porte e as sociedades anônimas a implementarem as novas regras, porém estima-se que o objetivo a médio prazo, é que esse modelo seja seguido por todas as empresas brasileiras, sem exceção.

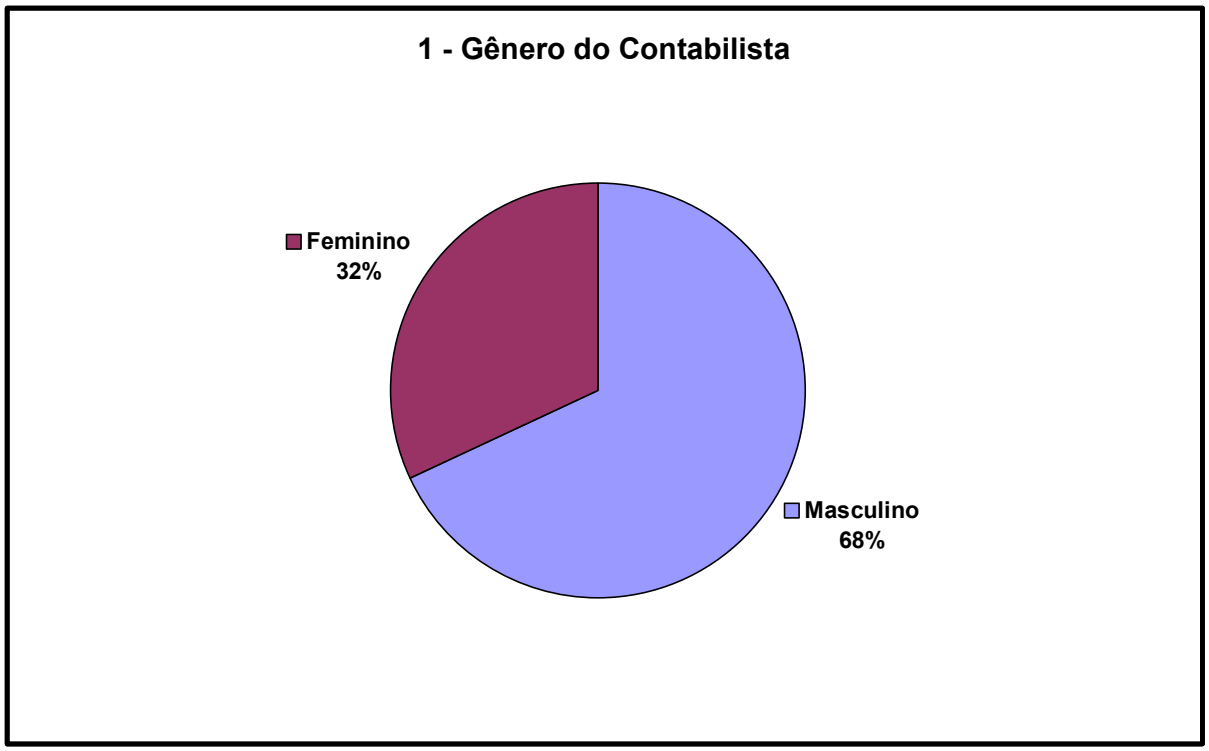
Como o assunto está sendo discutido há pouco tempo, têm-se ainda muitas dificuldades quanto à sua total adoção.

Visando fortalecer a pesquisa, optou-se na elaboração desse trabalho pela técnica de questionários destinados aos profissionais devidamente registrados no CRC-MT no Município de Juína, onde foram distribuídos 25 questionários, mas somente 22 dos entrevistados responderam.

Esse método de pesquisa teve como objetivo principal identificar os profissionais contábeis, uma média da idade de cada um, o tempo de formação, o tempo de atuação na área, conhecimento sobre outros idiomas, e de forma geral, visou-se apurar as dificuldades encontradas, sobre todas essas mudanças que estão ocorrendo na área contábil, e os principais desafios por eles encontrados, tanto em aspecto intelectual, ou seja, na parte pensante da organização, que são os colaboradores e clientes, as pessoas de forma geral, e quanto aos mecanismos que auxiliam na elaboração de demonstrativos contábeis no dia a dia, que são os softwares, instrumentos auxiliares para a geração precisa de informações com maior rapidez.

Após o retorno dos questionários aplicados, foi feito o processo de tabulação dos dados obtidos, através de demonstrativos gráficos, de forma didática ilustrativa, para facilitar a compreensão e o entendimento sobre o assunto, e na seqüência individual de cada ilustração, foram descritos através de breves comentários sobre assunto particular tratado em cada um.

Gráfico 1 – Gênero do Contabilista

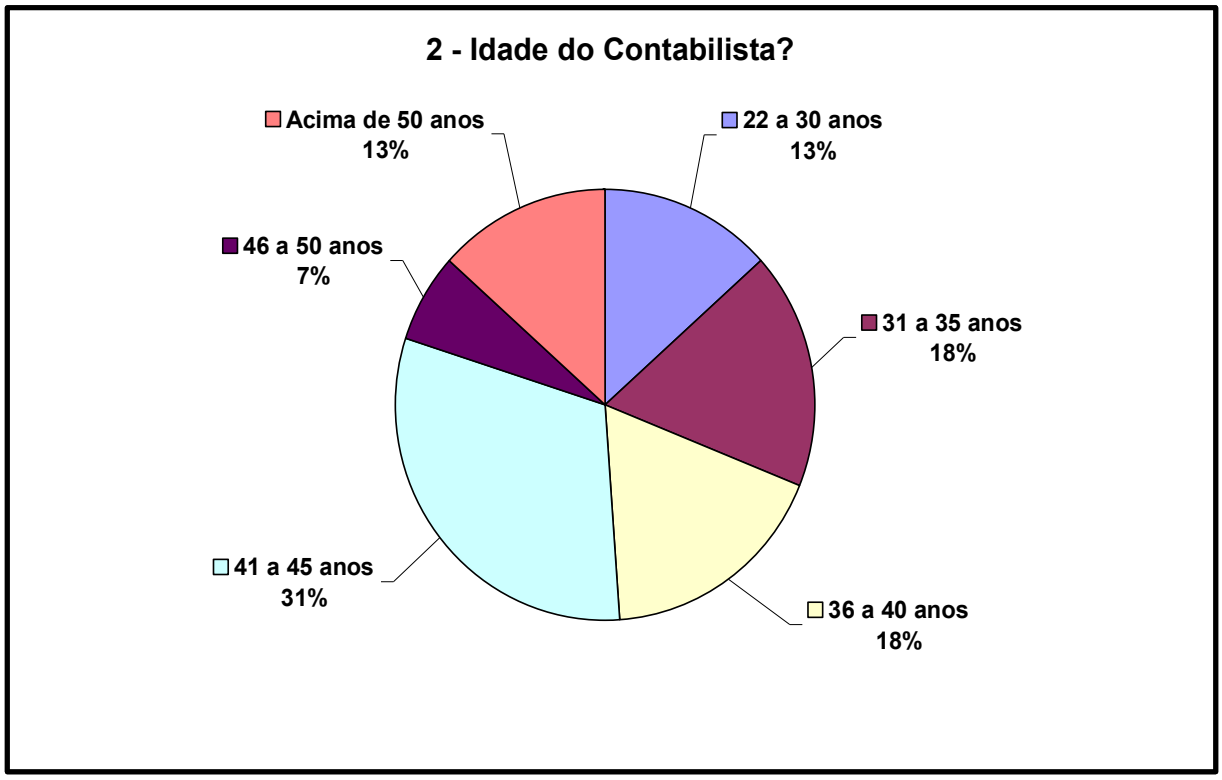


Fonte: Criado pela Autora, 2009

Neste demonstrativo gráfico 68% do público alvo são profissionais do sexo masculino, e 32% são profissionais do sexo feminino. Isso leva a observar que no município de Juína – MT, o número de profissionais do sexo masculino é predominante.

A profissão contábil durante muitos anos e até nos dias de hoje tem os homens como sendo a maioria dos profissionais, porém essa tradição está mudando, com o passar dos anos a força feminina aumentou muito nesse campo de trabalho, devido à mulher ter mostrado certo interesse, capacidade e competência também nessa área.

Gráfico 2 – Idade do Contabilista



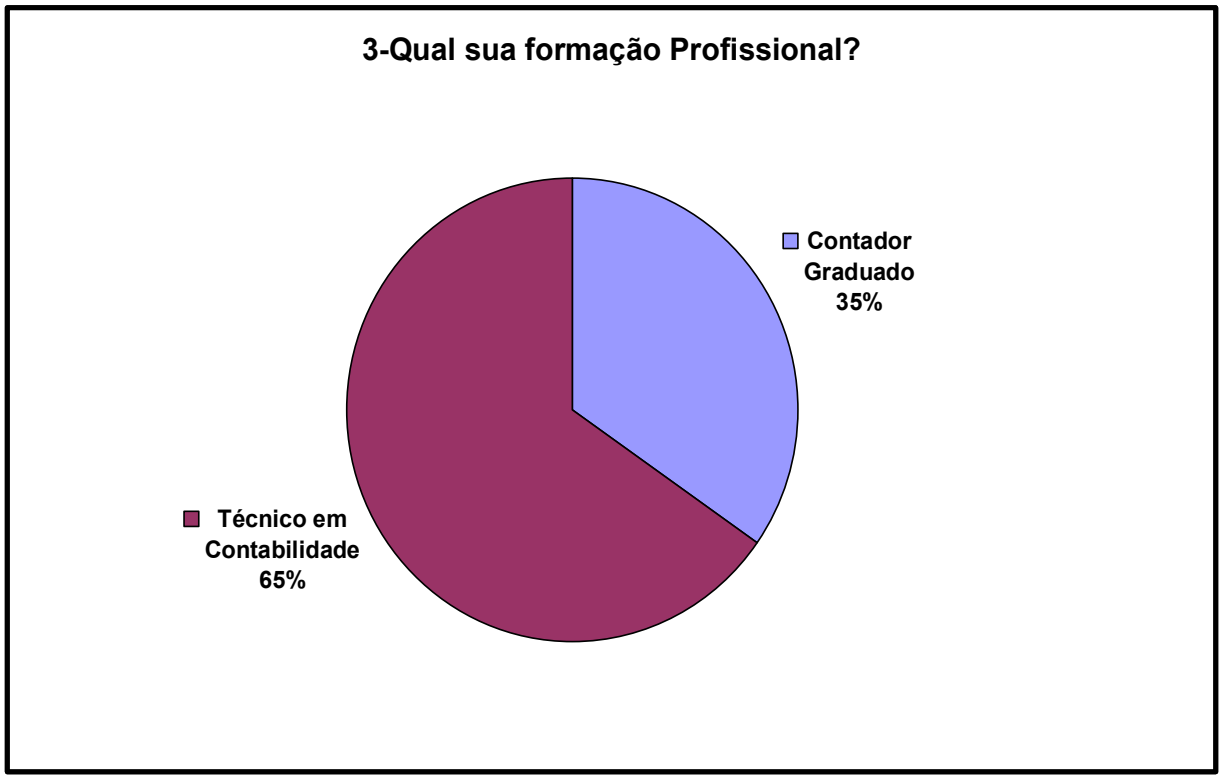
Fonte: Criado pela Autora, 2009

No município de Juína a maioria dos profissionais, tem a idade entre 41 a 45 anos, os demais profissionais que representam 13% são os que têm, de 22 a 30 anos e com o mesmo percentual os que possuem idade acima de 50 anos, 18% os profissionais que atingiram a idade de 31 a 35 anos e com a mesma porcentagem os profissionais com idade de 36 a 40 anos, restando um pequeno percentual de 7% que representa os profissionais com idade entre 46 a 50 anos.

No município, encontram-se profissionais contabilistas que se encaixam em diversas faixas etárias, mostrando que a profissão apresenta oportunidades para profissionais de diversas idades.

Pode-se perceber que a profissão na cidade apresenta nos índices da idade dos contabilistas, de certa forma, um grau de maturidade no desempenho da profissão.

Gráfico 3 – Formação Profissional

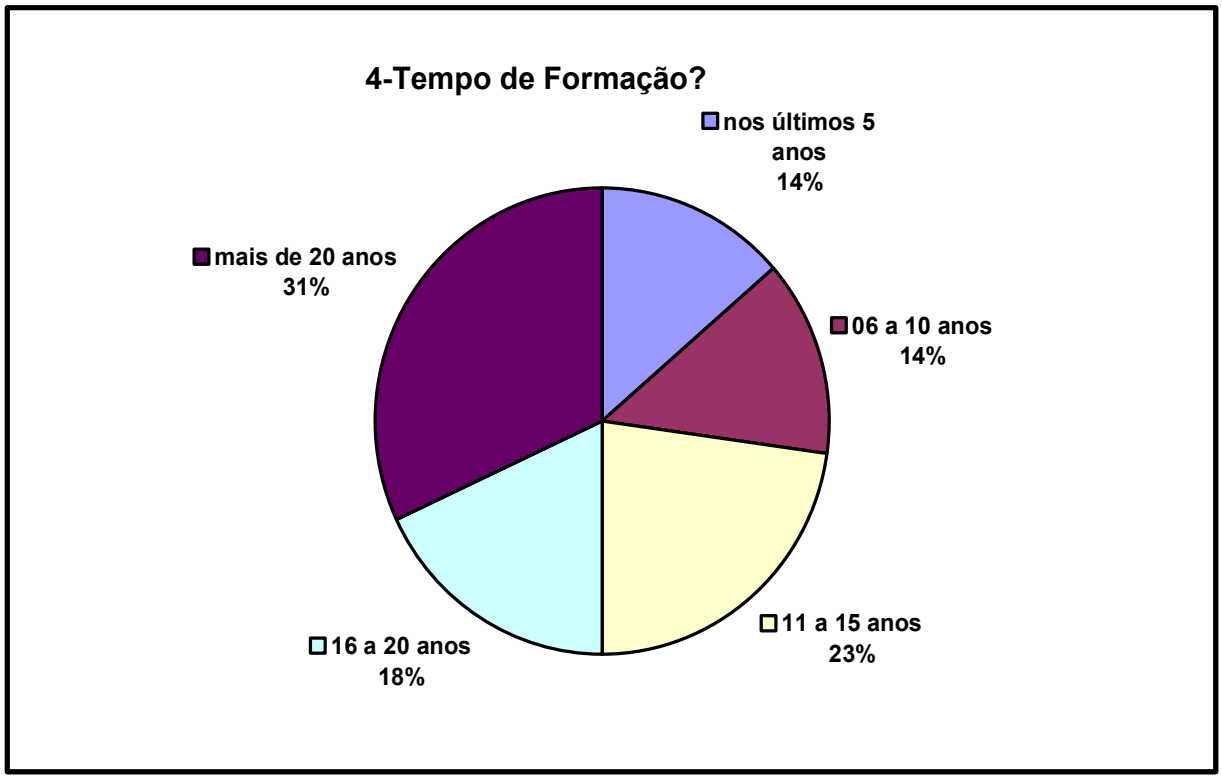


Fonte: Criado pela Autora, 2009

Cabe dizer que 65% dos profissionais contábeis atuantes no município de Juína possuem formação profissional de técnico em contabilidade e somente 35% cursaram a graduação em ciências contábeis.

De meados da década de 80 até meados da década de 90, no município de Juína, eram ministrados cursos profissionalizantes de técnicos em contabilidade, o que possivelmente estimulou os profissionais a estarem seguindo essa profissão no município em razão da carência de profissionais nessa área e também do constante crescimento do município na época. Em virtude do CRC até alguns anos atrás liberar o registro das pessoas que possuíam o certificado de técnicos em contabilidade, facilitou para alguns o ingresso na carreira.

Gráfico 4 – Tempo de Formação.

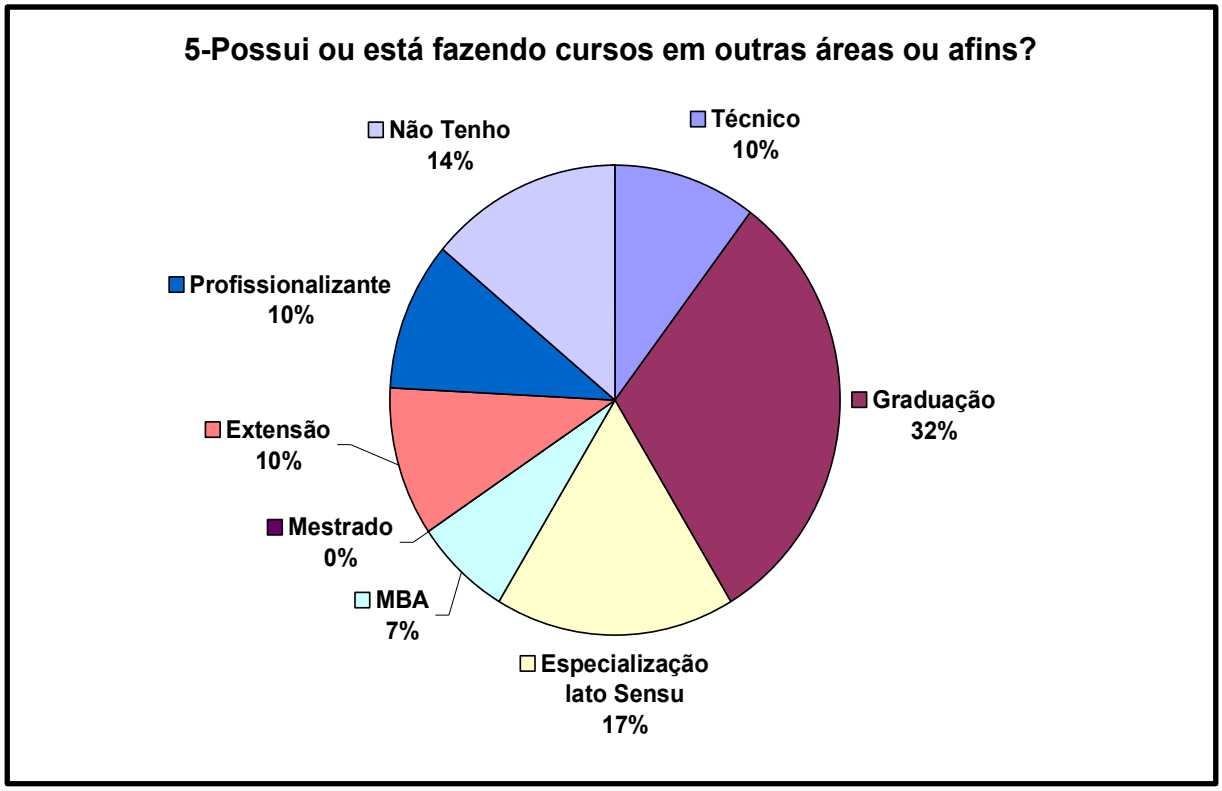


Fonte: Criado pela Autora, 2009

Os profissionais que estão atuando no mercado de trabalho como contabilistas a maioria com 31%, já se formou a mais de 20 anos, o restante se subdivide em 23% para os formados já de 11 a 15 anos, 18% os profissionais que se formaram entre 16 a 20 anos e empatados com 14% os profissionais formados de 06 a 10 anos e os que se formaram recentemente nos últimos 5 anos.

O gráfico demonstra que é muito relativo o tempo de formação entre os profissionais, no entanto ainda atuantes no mercado de trabalho, estão os profissionais digamos com mais experiência de vida e profissional, que são os que se formaram a mais de 20 anos, e que ao longo dos anos foram se estabilizando e observando no município uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento da profissão.

Gráfico 5 – Continuidade da Formação, em outras áreas ou áreas afins.



Fonte: Criado pela Autora, 2009

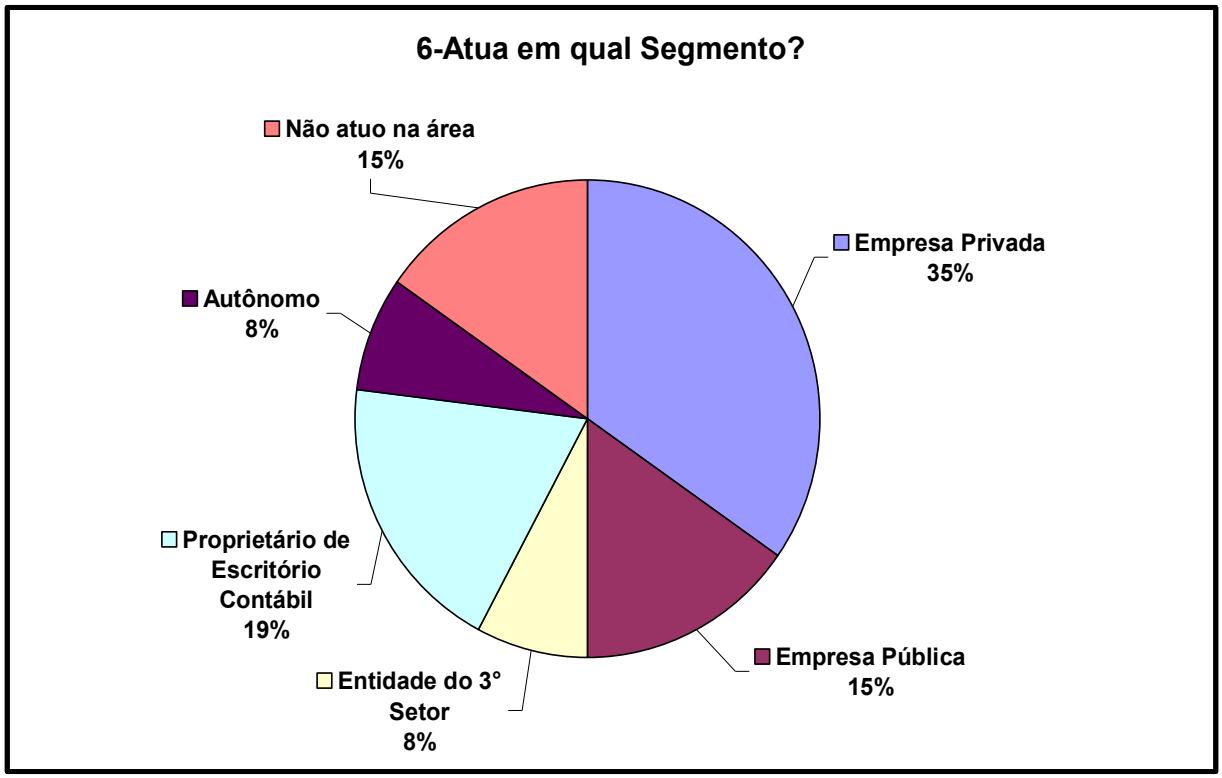
Este gráfico representa a educação continuada dos profissionais contábeis, demonstrando que 32% continuaram os estudos cursando graduação, alguns em contabilidade e a maioria em outras áreas afins, pode-se citar a administração o direito e outras 17% fizeram uma especialização lato sensu, voltadas para a área contábil e administrativa, outros 14% não continuaram os estudos, nos cursos que estavam se referindo a pesquisa, 10% foi o percentual que representou os cursos profissionalizantes, técnicos e de extensão, restando 7% para os que fizeram MBA, e nenhum dos entrevistados tiveram interesse em cursar um mestrado.

Percebeu-se um interesse por parte dos entrevistados em cursar uma faculdade, isso é bom para a classe, pois a contabilidade caminha junto com a administração, precisa muito também de noções de direito, principalmente o direito civil, trabalhista, previdenciário e o societário, servem de auxílio para a contabilidade na tomada de decisões nas organizações.

Quanto aos demais cursos, significa que muitos não pararam no tempo, diversos cursaram especializações, cursos técnicos, e profissionalizantes, de extensão e MBA.

Nenhum dos entrevistados bacharéis ou especialistas tiveram a oportunidade de fazer um mestrado, o que seria também de grande valia para o desenvolvimento da profissão.

Gráfico 6 – Seguimento de Atuação

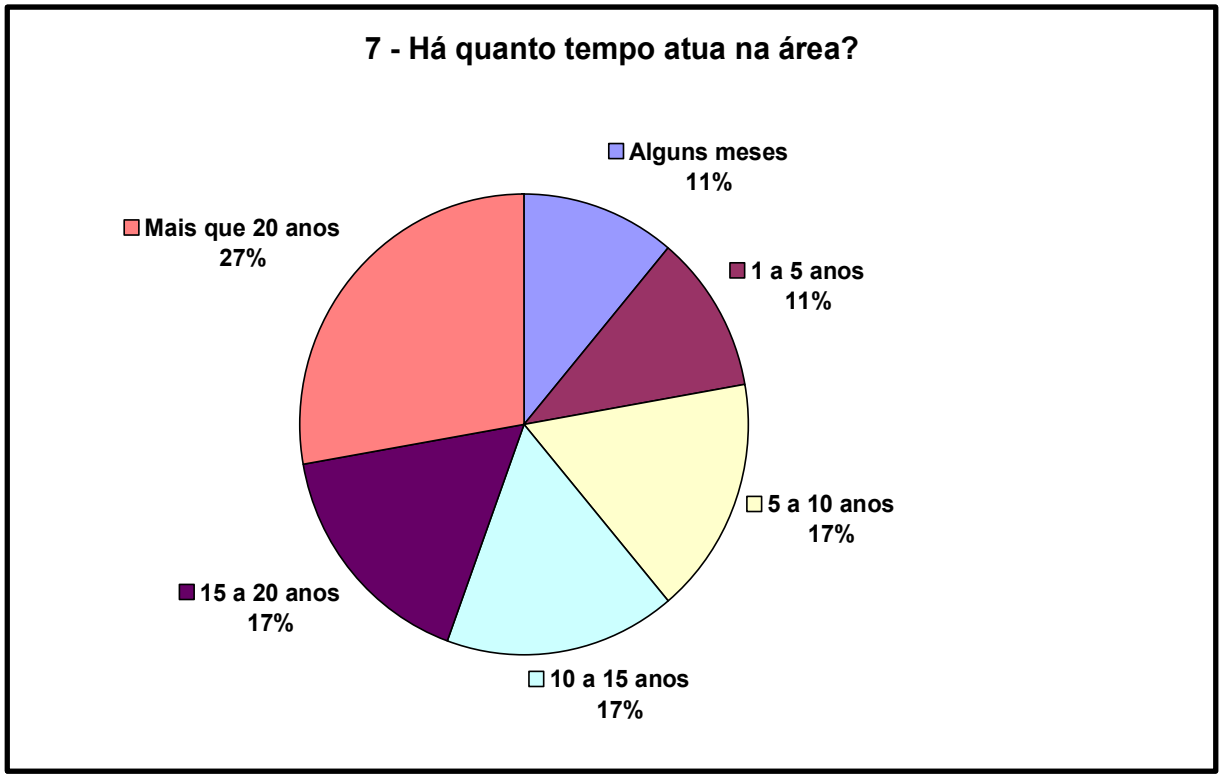


Fonte: Criado pela Autora, 2009

Este demonstrativo diz respeito ao segmento de atuação dos contabilistas, cujo resultado apresentou 35% dos entrevistados trabalhando em empresa privada, 19% são proprietários de escritórios de contabilidade, 15% enquadraram nos profissionais que atuam na área pública e os que se formaram, mas que por algum motivo ou outro não atuam na área, e 8% representam os profissionais que atuam em organizações do 3° setor e com o mesmo percentual os profissionais autônomos.

Muitos dos entrevistados atuam na área privada, como auxiliares contábeis e outros cargos, muitos dos contabilistas cadastrados no CRC-MT atuam em escritórios de contabilidade, e um percentual significativo afirma não atuar na área, o que é uma perda grande para a profissão, uma vez que o mercado sinaliza que há uma grande necessidade de profissionais capacitados para atender a demanda das organizações, privadas, públicas e entidades sem fins lucrativos.

Gráfico 7 – Tempo de Atuação na Área

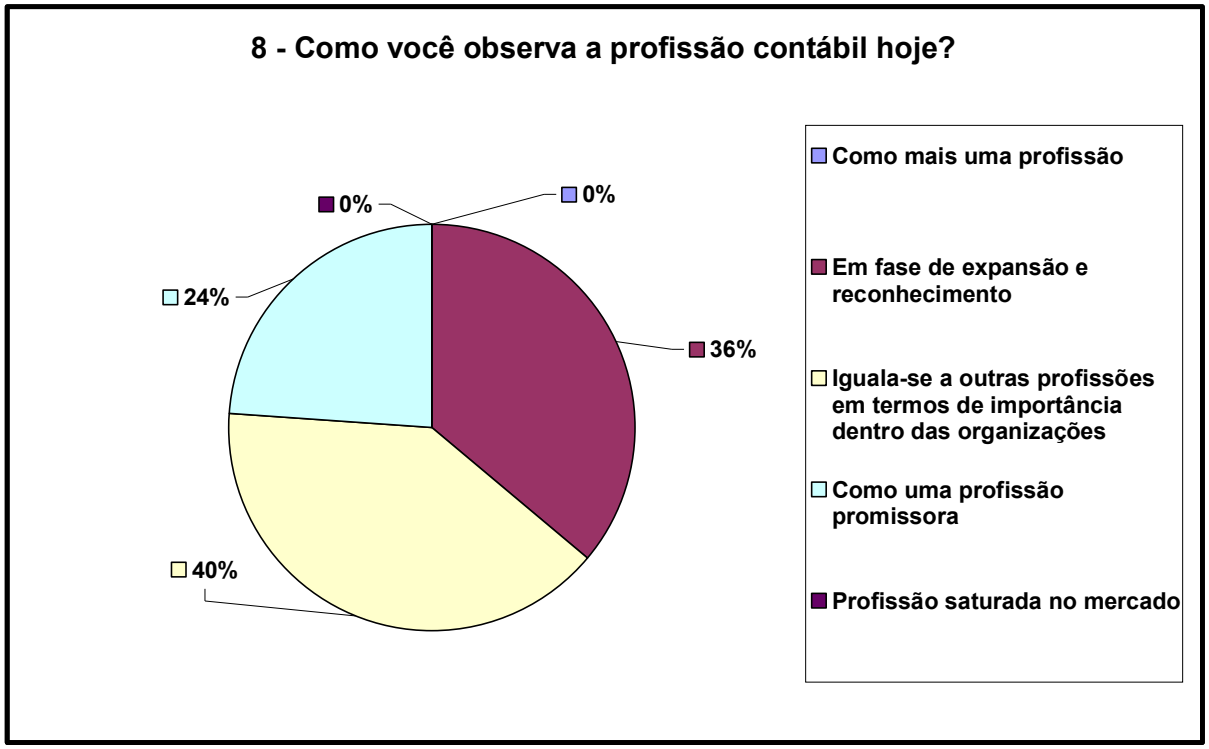


Fonte: Criado pela Autora,2009

Com o intuito de apurar a quantidade de anos que os profissionais atuam na área, observou-se que 27% dos entrevistados já atuam na área a mais de 20 anos, 17% atuam na faixa de 15 a 20 anos, e com o mesmo percentual atua de 10 a 15 anos, e outros de 05 a 10 anos, restando o mínimo de profissionais cujo percentual foi de 11% entre os que atuam na área há alguns meses e os que atuam de 1 a 5 anos.

Mesmo com o grande mercado de trabalho a espera de profissionais contábeis, capacitados para suprir essa demanda, ainda tem-se no município a maioria dos profissionais atuantes na área, os mais antigos na carreira, que são os que atuam na área a mais de 20 anos, o que não deixa de apresentar certo grau de experiência na profissão, porém, mesmo assim o mercado de trabalho precisa de profissionais capacitados, atualizados na área, que acompanham o desenvolvimento da profissão.

Gráfico 8 – Observação da Profissão Contábil

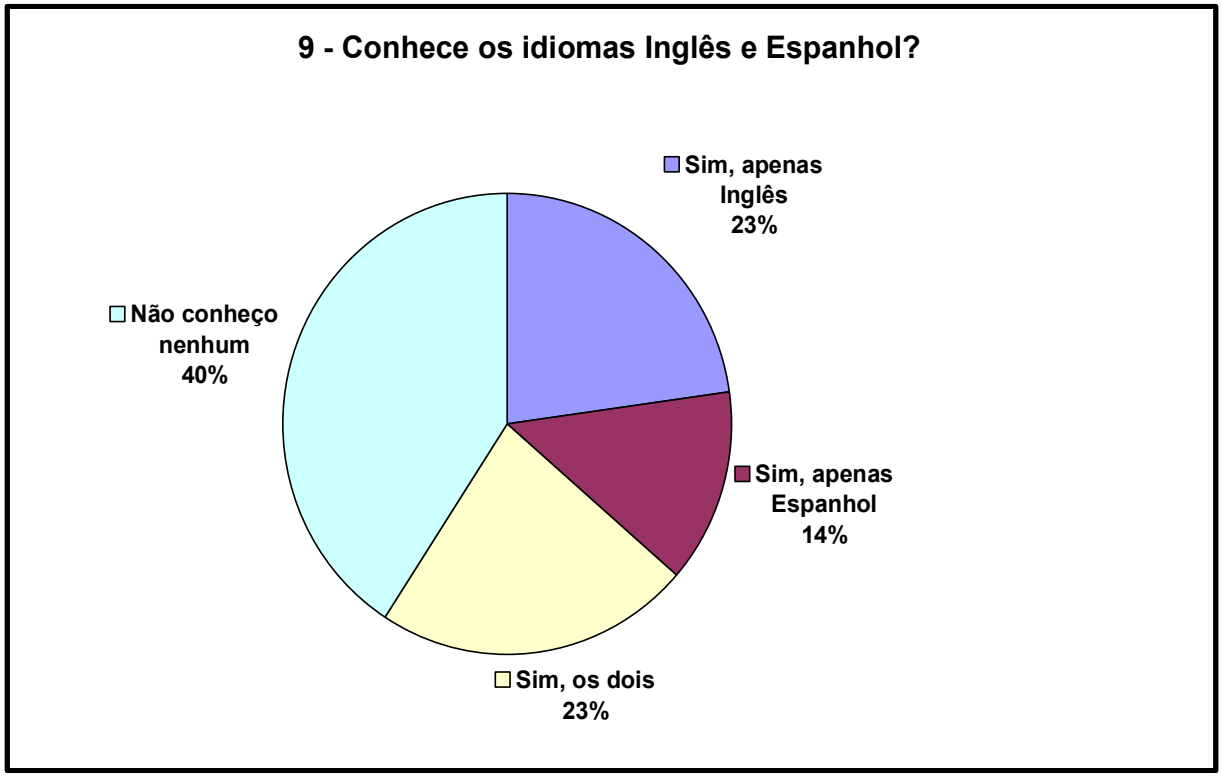


Fonte: Criado pela Autora, 2009

Quanto à representatividade da profissão observa-se que, nos dias atuais, apurou-se um percentual de 40% para a alternativa que afirma que a profissão iguala-se a outras profissões em termos de importância dentro das organizações, outros 36% disseram que a profissão encontra-se em fase de expansão e reconhecimento, 24% observam a profissão como sendo promissora, e nenhum dos participantes observam a profissão como saturada no mercado ou como mais uma profissão.

A profissão contábil é considerada uma profissão promissora e com um grande campo de abrangência, pois a contabilidade é uma ciência que está em constante estudo e desenvolvimento, uma prova disso é a harmonização das práticas contábeis atuais com as IFRS, que coloca o país no mesmo patamar que outros em termos de globalização contábil. Uma oportunidade enorme na profissão para os profissionais, principalmente, para os que estão se formando agora nos cursos de graduação, pois, exigirá profissionais capacitados, para assumir as empresas que serão obrigadas a contabilizar seu patrimônio de acordo com essas novas práticas.

Gráfico 9 – Conhecimento sobre os idiomas inglês e espanhol

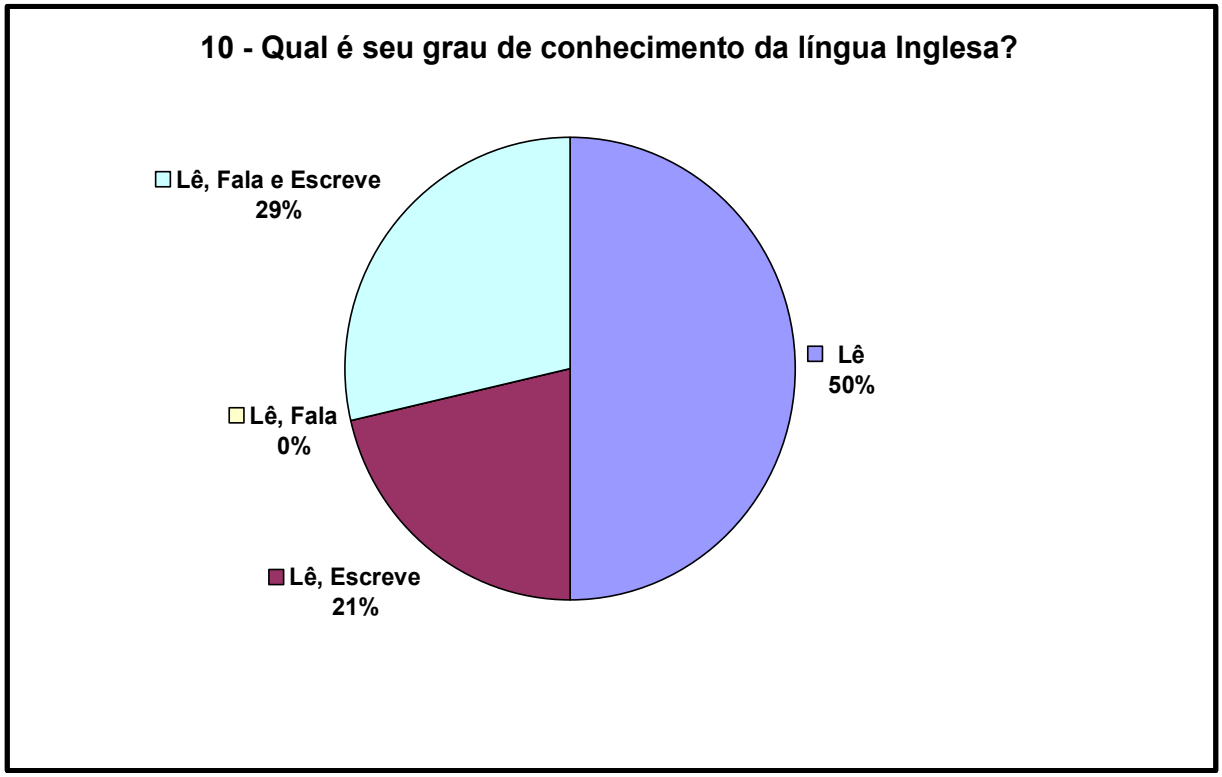


Fonte: Criado pela Autora, 2009

Em relação ao conhecimento dos entrevistados quanto aos idiomas inglês e espanhol, tem-se 40% que não conhece nenhum dos dois idiomas, 23% para os que conhecem os dois idiomas, e 23% para os que conhecem apenas o inglês, e 14% para os que conhecem apenas o espanhol.

Com a adaptação ao novo processo de convergência muitos terão que fazer um curso de inglês ou espanhol para conseguir obter mais informações e conseguir se comunicar, para superar esse desafio no dia a dia.

Gráfico 10 – Grau de Conhecimento sobre o Idioma Inglês

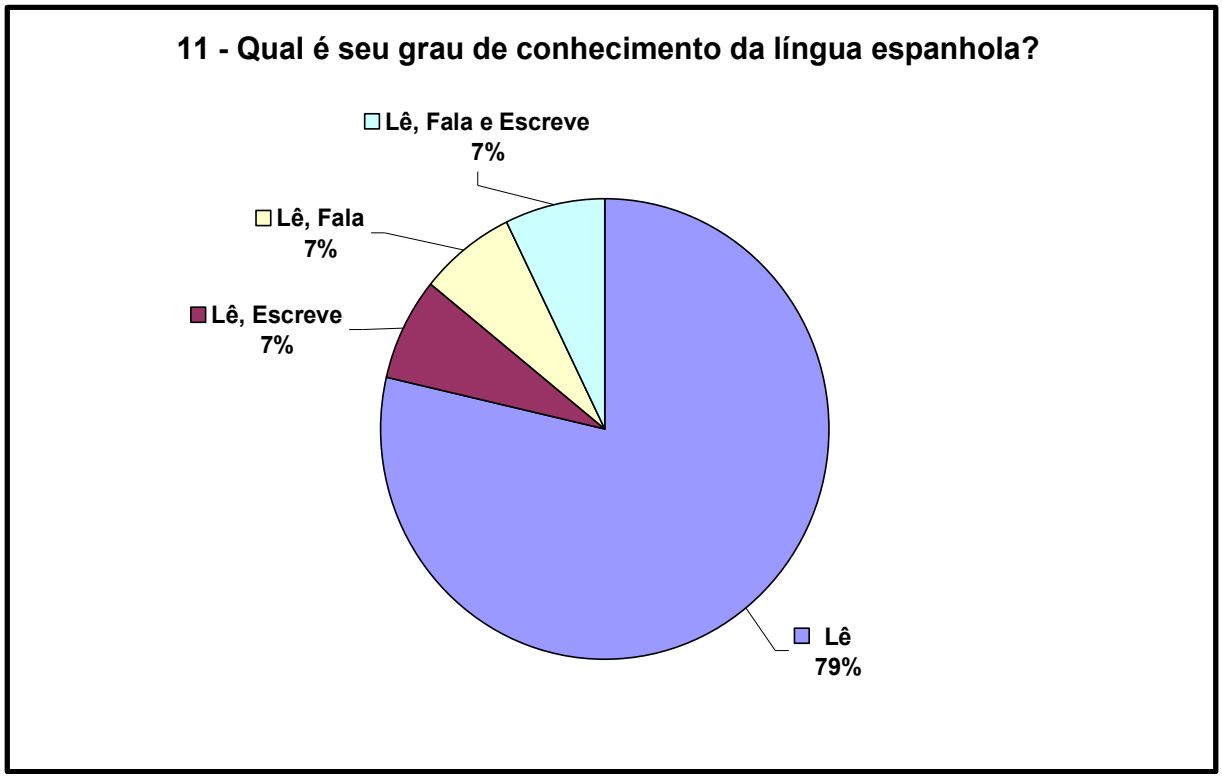


Fonte: Criado pela Autora, 2009

Apurando o percentual dos entrevistados quanto ao grau de conhecimento do idioma inglês, pode-se dizer que a grande maioria 50% dos entrevistados somente lê o idioma, 29% lê, fala e escreve e 21% somente, lê e escreve e nenhum dos entrevistados optou pela alternativa, lê e fala. Implica dizer que de certa forma muitos ainda não dominam totalmente o idioma o que conseqüentemente dificultará no dia a dia da profissão em um futuro próximo.

O domínio de outra língua coloca o profissional em destaque perante outros na mesma profissão, principalmente o profissional que domina o idioma inglês, que hoje é tido como um idioma cuja tendência é se tornar universal, nos dias de hoje, com esse processo de convergência, está, de certa forma, forçando o profissional a dominar um outro idioma, pois com o mundo globalizado para conseguir se comunicar será de fundamental importância para os contabilistas saberem o inglês.

Gráfico 11 – Grau de Conhecimento sobre o Idioma Espanhol



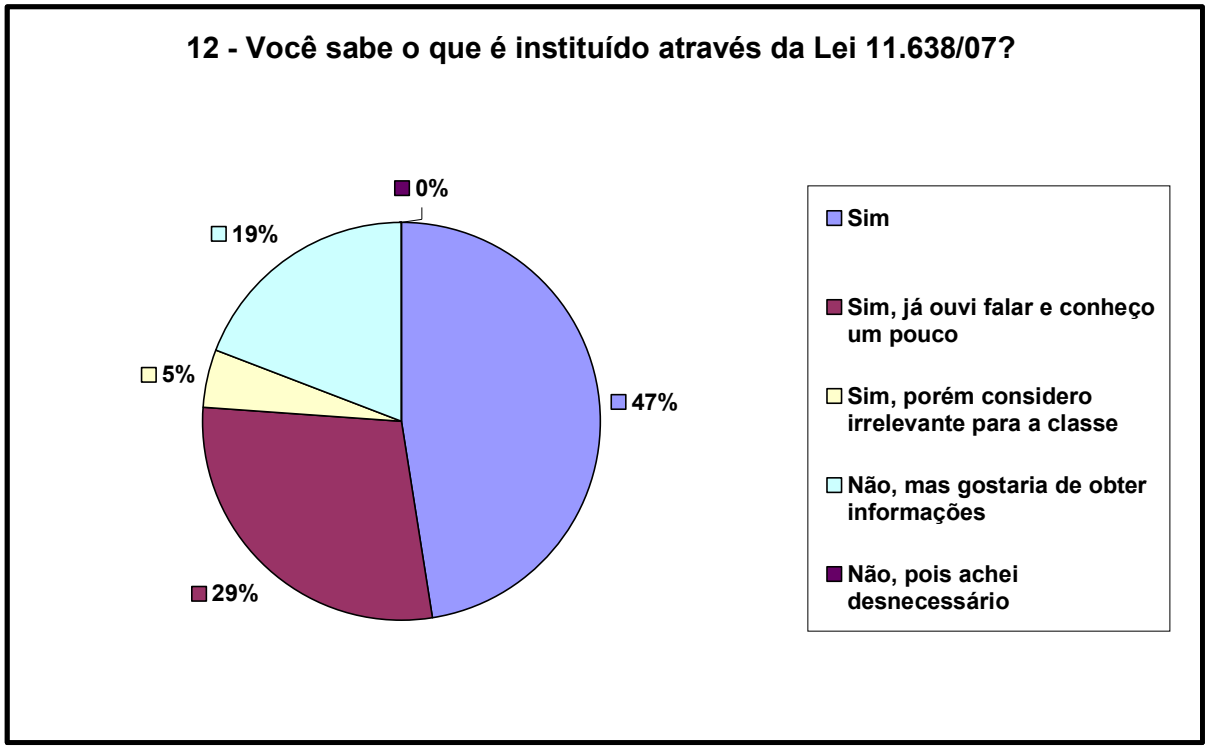
Fonte: Criado pela Autora, 2009

Sobre o nível de conhecimento dos contabilistas quanto ao conhecimento sobre o idioma espanhol, dos entrevistados, 79% somente sabe lê, os outros se dividem em categorias de 7%.

Com a importância que é nos dias atuais, dos profissionais dominarem outros idiomas, os profissionais do município não estão se atentando para esse conhecimento, devem procurar urgentemente aprender outro idioma.

Com a tendência de um mundo totalmente globalizado, e também pelo Brasil estar situado na América do Sul, e pertencente ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), uma das formas de comunicação entre os países pertencentes é o idioma espanhol, devido aos outros países pertencentes a esse mercado terem a predominância do idioma espanhol, o que obriga os profissionais a pelo menos saberem ler e falar o idioma para conseguirem se comunicar.

Gráfico 12 – Conhecimento sobre o que é Instituído sobre a Lei n° 11.638/07

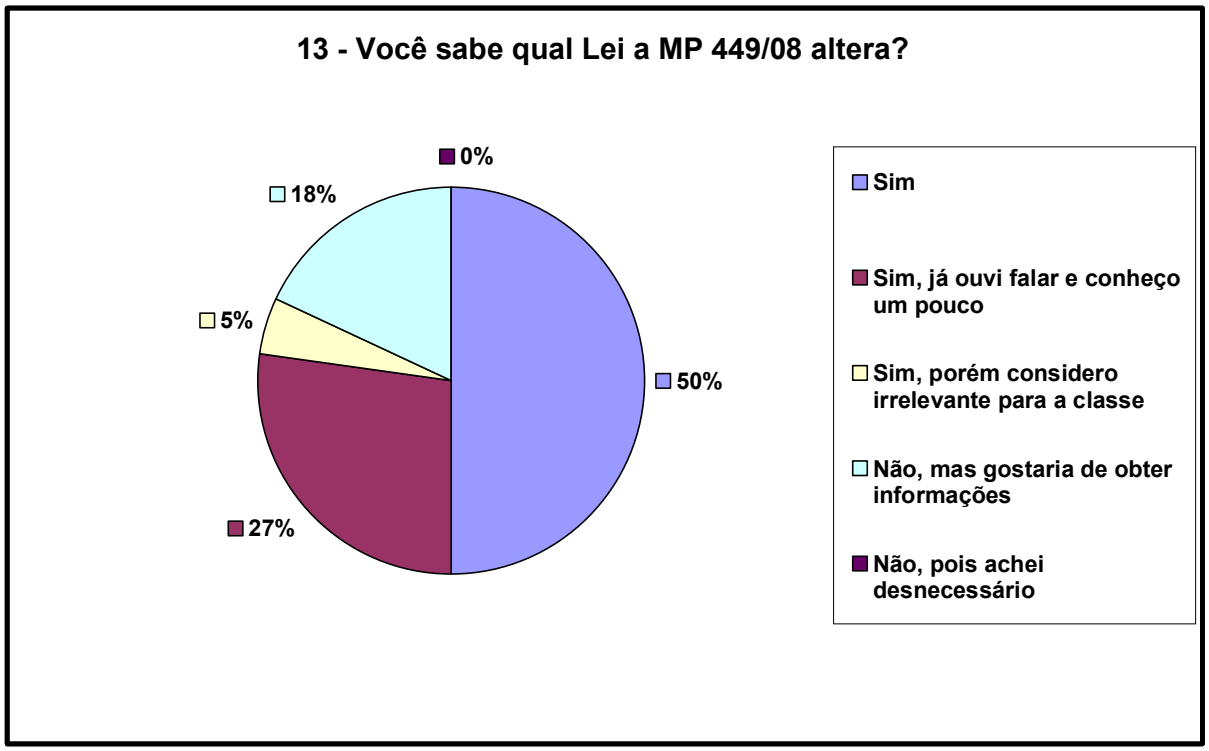


Fonte: Criado pela Autora, 2009

Apesar da Lei n° 11.638/07 estar em vigência desde 1° de janeiro de 2008, muitos dos entrevistados desconhece a existência da lei, o que representa 19%, os que conhecem estão com um percentual de 47%, os que já ouviram falar e conhecem um pouco são 29% e os que conhecem e consideram irrelevante para a classe estão entre 5%.

Observando o gráfico pode-se dizer que os profissionais contabilistas do município de Juína necessitam estar atualizados no tocante a nova Lei, uma vez que ela altera dispositivos da Lei n° 6.404/76 como também estabelece um marco no sentido de mudanças no ambiente contábil, em nível internacional.

Gráfico 13 – Conhecimentos sobre o que é instituído na MP 449/08

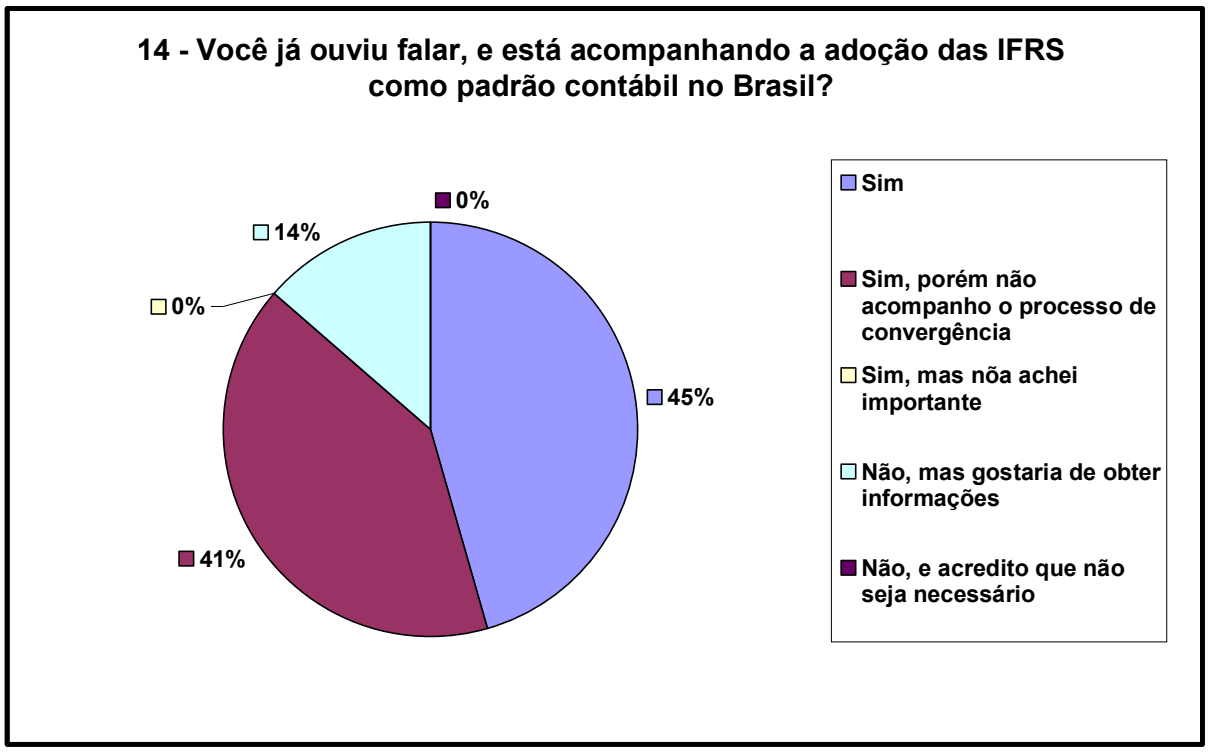


Fonte: Criado pela Autora, 2009

A MP 449/08 foi instituída há muito pouco tempo, porém, dentre os entrevistados 50% afirmam conhecer o que foi instituído, através da MP, outros 27%, afirmam já ter ouvido falar e conhecem um pouco, 5% conhecem, mas consideram irrelevante para a classe, 18% afirma não conhecer, porém gostariam de obter informações e nenhum dos entrevistados afirmou não conhecer por não achar irrelevante.

Cabe dizer que pelo pouco tempo em que foi instituída muitos estão atualizados sobre o assunto, o que é de grande valia no desempenho dos trabalhos, e no repasse de informações para os usuários da contabilidade.

Gráfico 14 – Sintonização sobre o acompanhamento da adoção das IFRS, como padrão contábil no Brasil

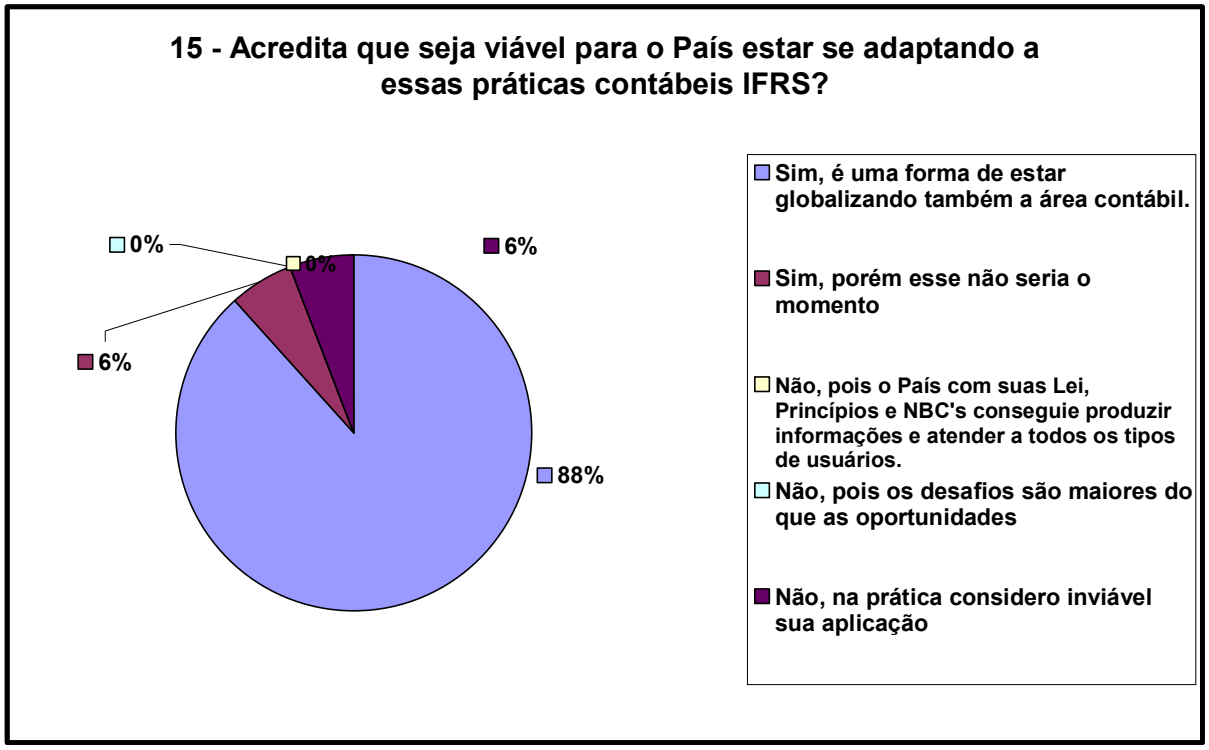


Fonte: Criado pela Autora, 2009

De acordo com as informações demonstradas neste gráfico, 45% afirmam já ter ouvido dizer sobre a adoção das IFRS, e estão acompanhando o processo de adoção, outros 41% dizem estar sabendo sobre o assunto, porém não estão acompanhando o processo, e 14% demonstram não saber sobre o assunto, mas gostariam de obter informações, as outras duas alternativas ficaram sem nenhuma marcação.

Verifica-se que os entrevistados já estão sabendo do que está se passando, no entanto, a grande maioria não está sabendo, ou não está acompanhando o processo de convergência, talvez pelo fato de na região não ter empresas de grande porte, que são as obrigadas a se adaptar de imediato.

Gráfico 15 – Viabilidade para o País quanto à adaptação as novas práticas contábeis IFRS

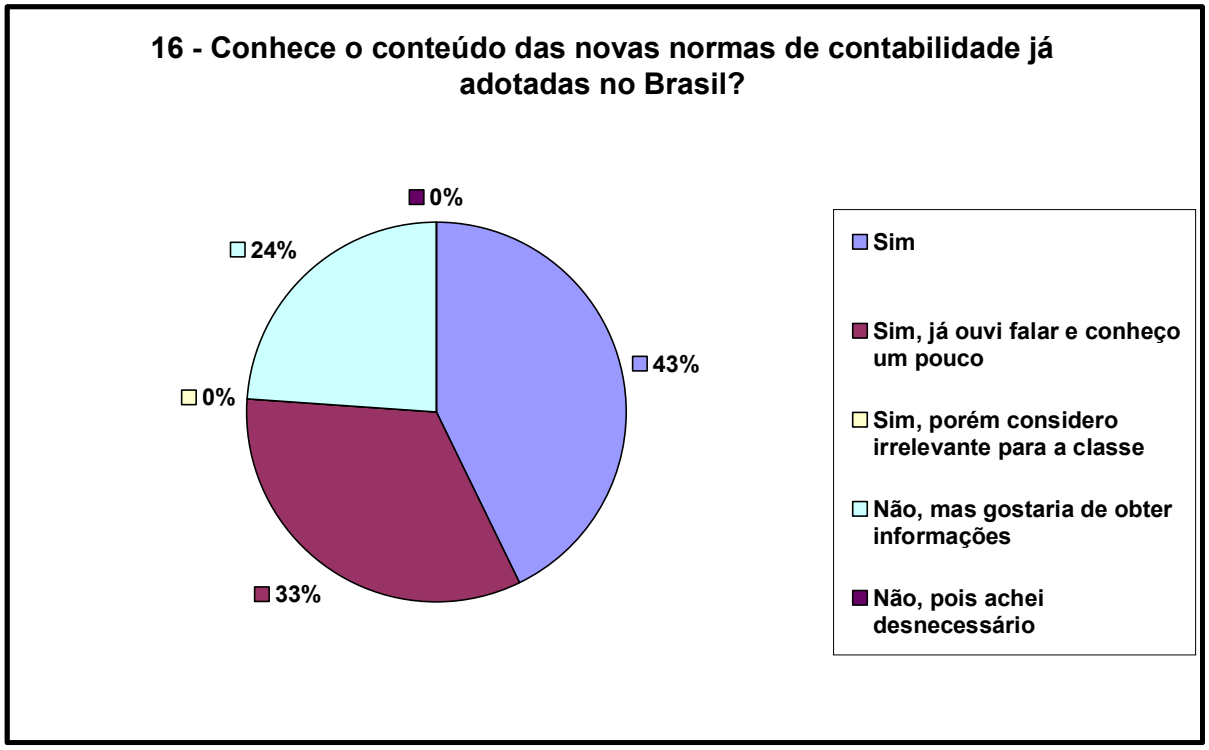


Fonte: Criado pela Autora, 2009

Quanto à viabilidade para o País, a alternativa que diz que para o país é uma forma de estar globalizando também a área contábil, ficou com 88% das marcações, 6% acreditam que é importante e viável, porém esse não é o momento, e 6% optaram pela alternativa que diz que não é viável para o país, pois na prática as normas não são vantajosas.

Muitos mostram estar acompanhando a globalização mundial e observa que é realmente de fundamental importância para o País, esse processo, que ao mesmo tempo em que trás desafios, apresenta várias oportunidades com essa adoção das IFRS.

Gráfico 16 – Conhecimento sobre o conteúdo das novas normas de contabilidade

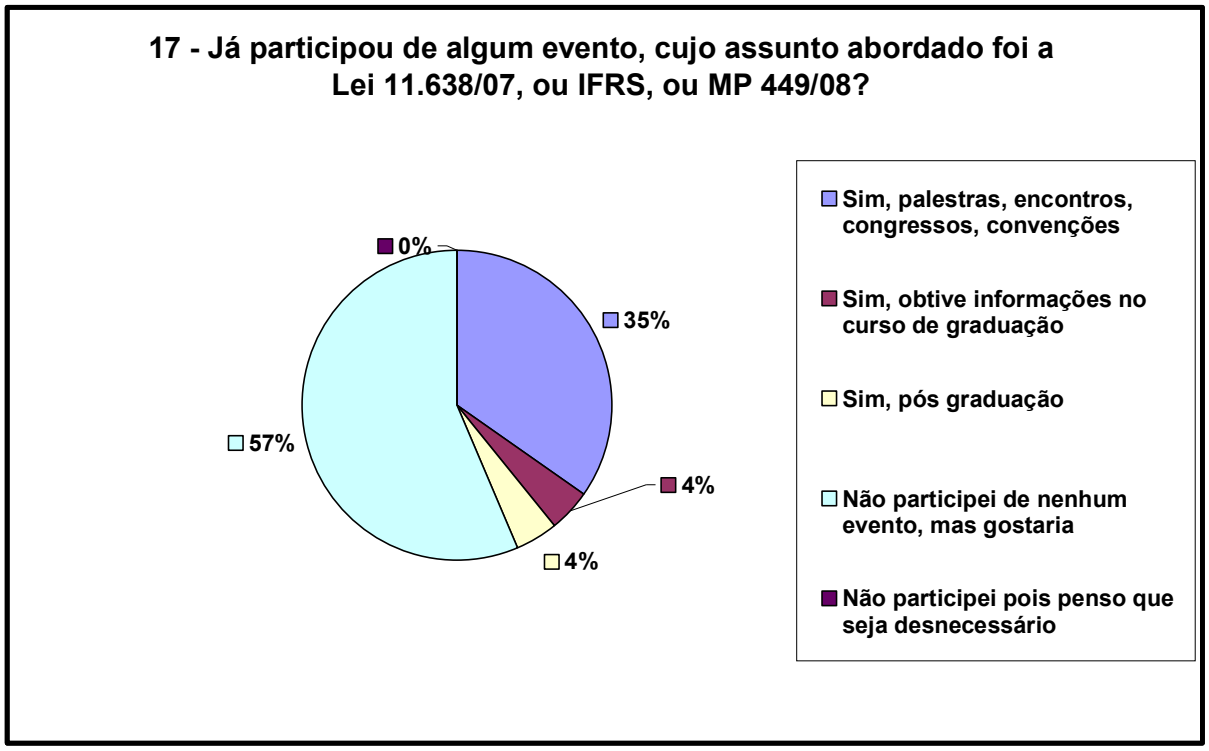


Fonte: Criado pela Autora, 2009

A pesquisa afirma que a maioria dos entrevistados somando 43% afirma conhecer o conteúdo das novas normas de contabilidade IFRS, outros 33% já ouviram falar e conhecem um pouco, e 24% afirmam não conhecer o conteúdo das novas normas, mas, gostariam de obter informações, e as outras opções não tiveram escolha por nenhum profissional.

O conhecimento sobre as normas IFRS é de extrema importância no desenvolvimento dos trabalhos no dia a dia, em virtude de que o mercado de trabalho apresenta uma carência de profissionais capacitados na área para atender a demanda das empresas e clientes.

Gráfico 17 – Participação em algum evento, sobre os assuntos: Lei n° 11.638/07, MP 449/08 e IFRS

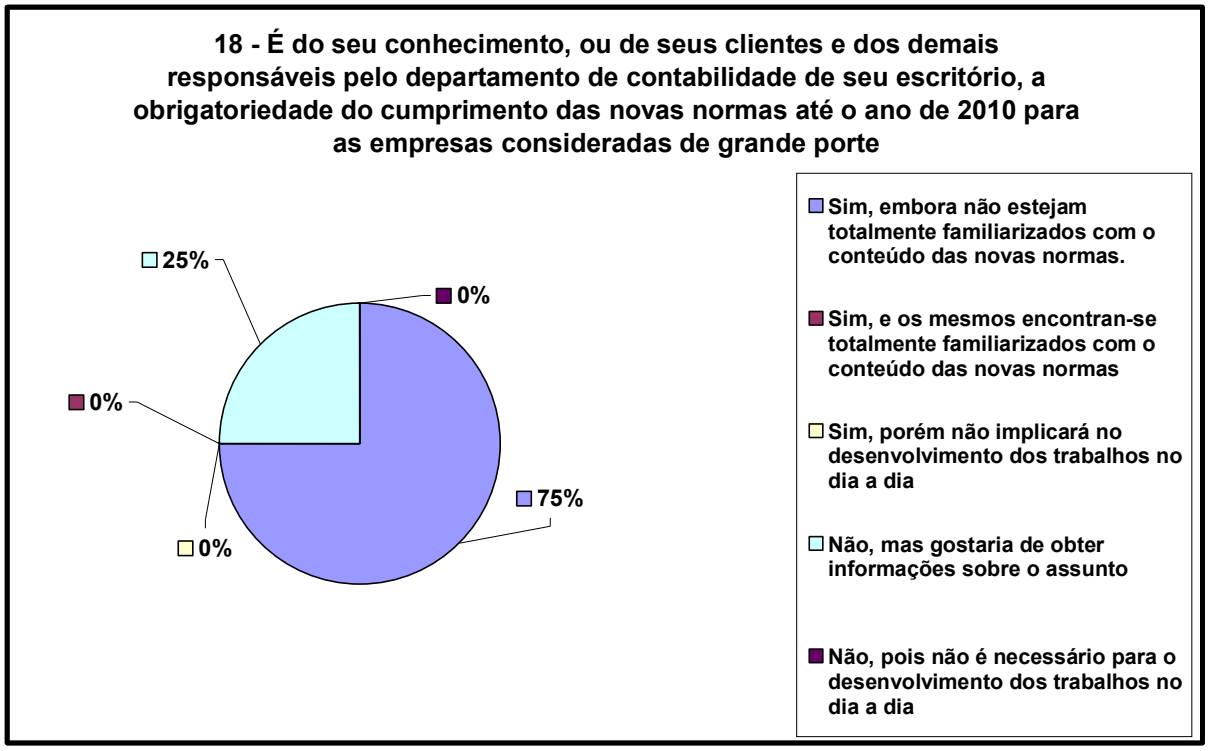


Fonte: Criado pela Autora, 2009

A grande maioria dos profissionais ainda não participou de nenhum evento sobre a Lei n° 11.638/07, a MP 449/08 e as IFRS, representando 57% no gráfico, 35% afirmam ter já participado de palestras, encontros, congressos ou convenções sobre o assunto, 4% obtiveram conhecimento sobre o conteúdo em cursos de graduação e 4% em cursos de pós-graduação, e nenhum respondeu que não participou por não achar interessante.

Com o resultado apontado no gráfico, leva a observar que a grande maioria dos profissionais que já estão interagidos das atualizações desse processo de convergência buscou informações individualmente, através de outros meios que não são os eventos. É sempre válido participar de eventos para agregar conhecimento e conseqüentemente fazer uma troca de informações.

Gráfico 18 – Conhecimento por parte do contabilista e clientes, sobre a obrigatoriedade do cumprimento das novas normas até o ano de 2010 para empresas consideradas de grande porte.

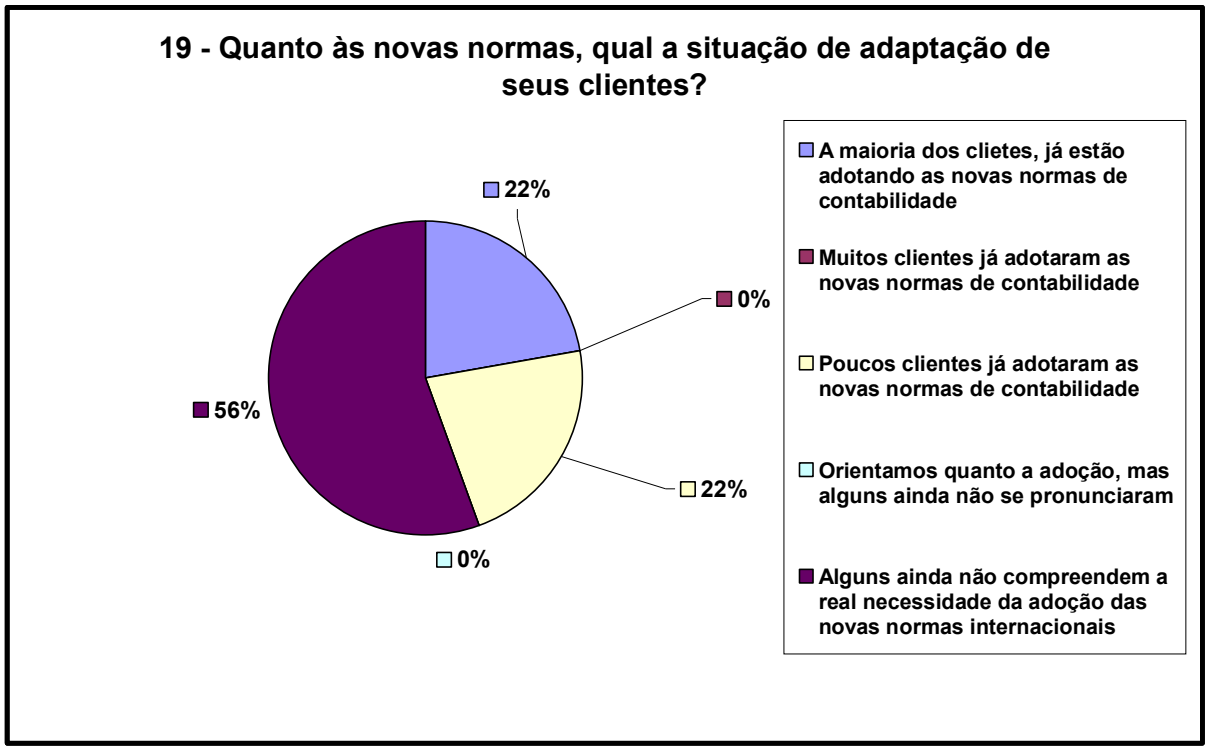


Fonte: Criado pela Autora, 2009

Este gráfico representa o conhecimento dos profissionais, responsáveis pelo departamento de contabilidade das empresas e os clientes sobre a obrigatoriedade do cumprimento das novas normas para as empresas consideradas de grande porte até o ano de 2010, a maioria dos consultados afirmaram saber, porém ainda não estão totalmente familiarizados com o conteúdo das novas normas, e 25% disseram que não conhecem, mas gostariam de obter informações, as demais alternativas, não tiveram marcações.

Para a maioria não é novidade essa obrigatoriedade, no entanto é de suma importância a interação sobre esse assunto, pois o ano 2010 já está quase chegando e o momento já é de adaptação a essas novas regras.

Gráfico 19 – Situação de adaptação dos clientes

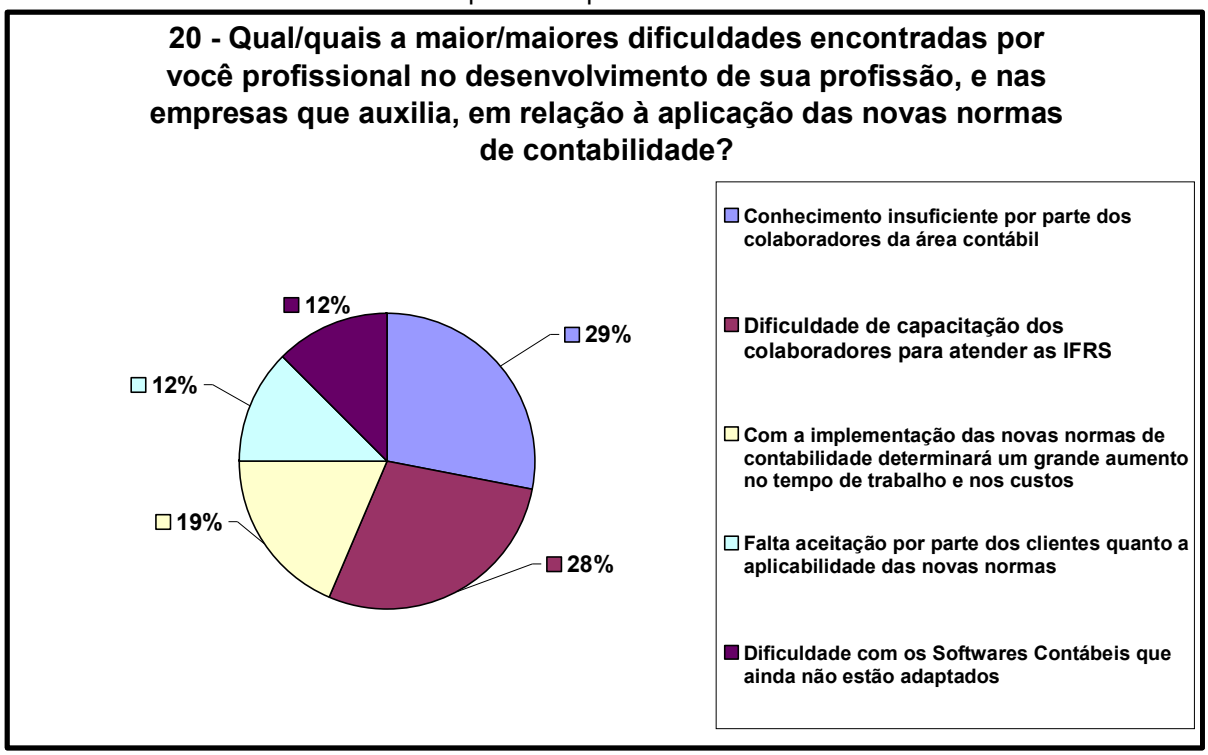


Fonte: Criado pela Autora, 2009

Em se tratando da situação de adaptação dos clientes, 56% dizem que alguns clientes não compreendem a real necessidade da adoção das novas normas internacionais, 22% representam os poucos clientes que já adotaram as novas normas de contabilidade e outros 22% disseram que seus clientes, a grande maioria adotou as novas normas de contabilidade, ficando sem percentual as outras 2 alternativas.

Na região, ainda muitos clientes não conhecem a importância que é para o País estar se adaptando a essas novas normas, e muito menos sabem os benefícios para as empresas e a necessidade de adaptação para as IFRS, o que gera para os contabilistas um esforço maior para esclarecer e sintonizar os clientes sobre as mudanças.

Gráfico 20 – Dificuldades encontradas quanto a aplicabilidade das novas normas



Fonte: Criado pela Autora, 2009

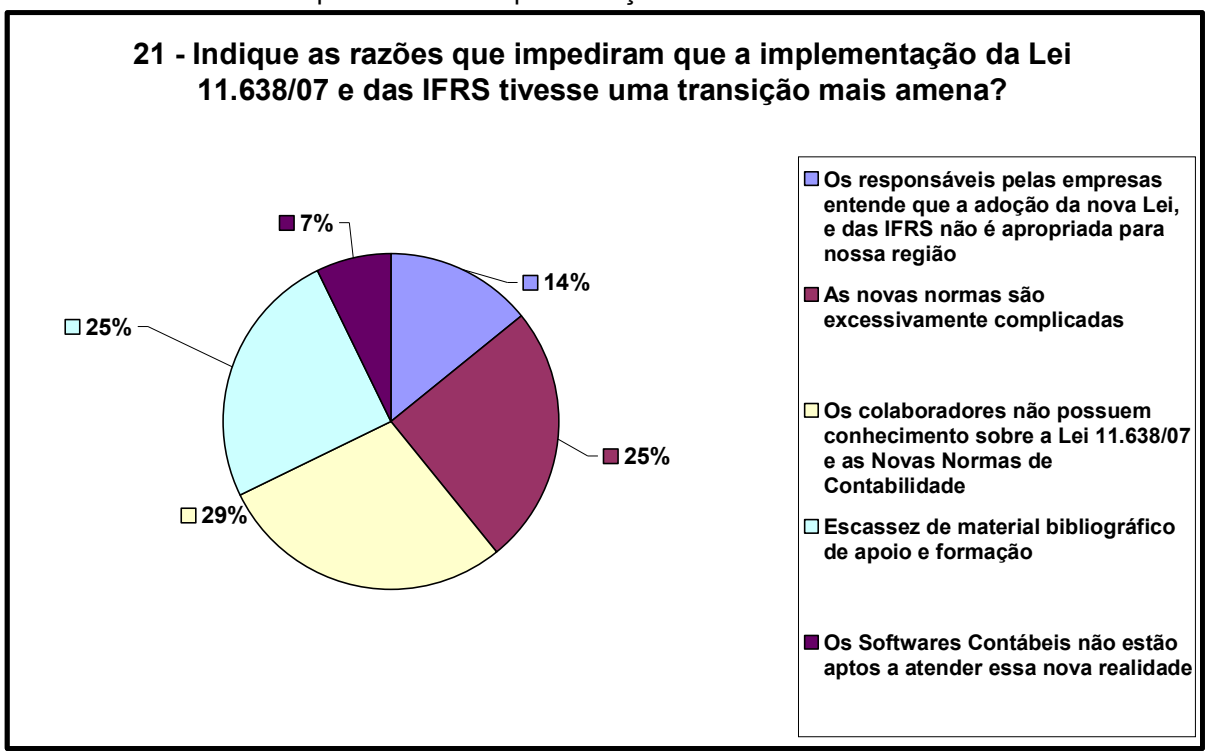
O gráfico acima mensura as maiores dificuldades encontradas por profissionais, no desenvolvimento da profissão, e nas empresas que auxilia quanto à aplicabilidade das novas normas, o gráfico demonstrou que 29% alegam conhecimento insuficiente por parte dos colaboradores da área contábil, 28% optaram pela dificuldade de capacitação dos colaboradores para atender as IFRS, 19% diz que com a implementação das novas normas de contabilidade determinará um grande aumento no tempo de trabalho e nos custos e 12% alegam que falta aceitação por parte dos clientes quanto a aplicabilidade das novas normas e os outros 12% dizem que as dificuldades são também com os softwares que ainda não estão adaptados.

Observa-se que são inúmeros os desafios encontrados com a aplicação dessas novas normas, em primeiro lugar destacando-se o pouco conhecimento ou nenhum por parte dos colaboradores, que de certa forma são pessoas que as empresas necessitam e trocam informações, ou seja, são os intercâmbios entre os contabilistas e os empresários.

Os desafios são todos preocupantes, pois eles estão em todos os aspectos necessários para o bom desenvolvimento da empresa, que são eles, os colaboradores, dificuldades em treinamentos para esses colaboradores, os

softwares utilizados para a geração de informações, falta de tempo e recurso escasso para a capacitação dos colaboradores, e por fim os clientes que ainda não sabem do que se trata o assunto. Uma árdua tarefa enfrentará os contabilistas e todos os envolvidos nessa adaptação as IFRS.

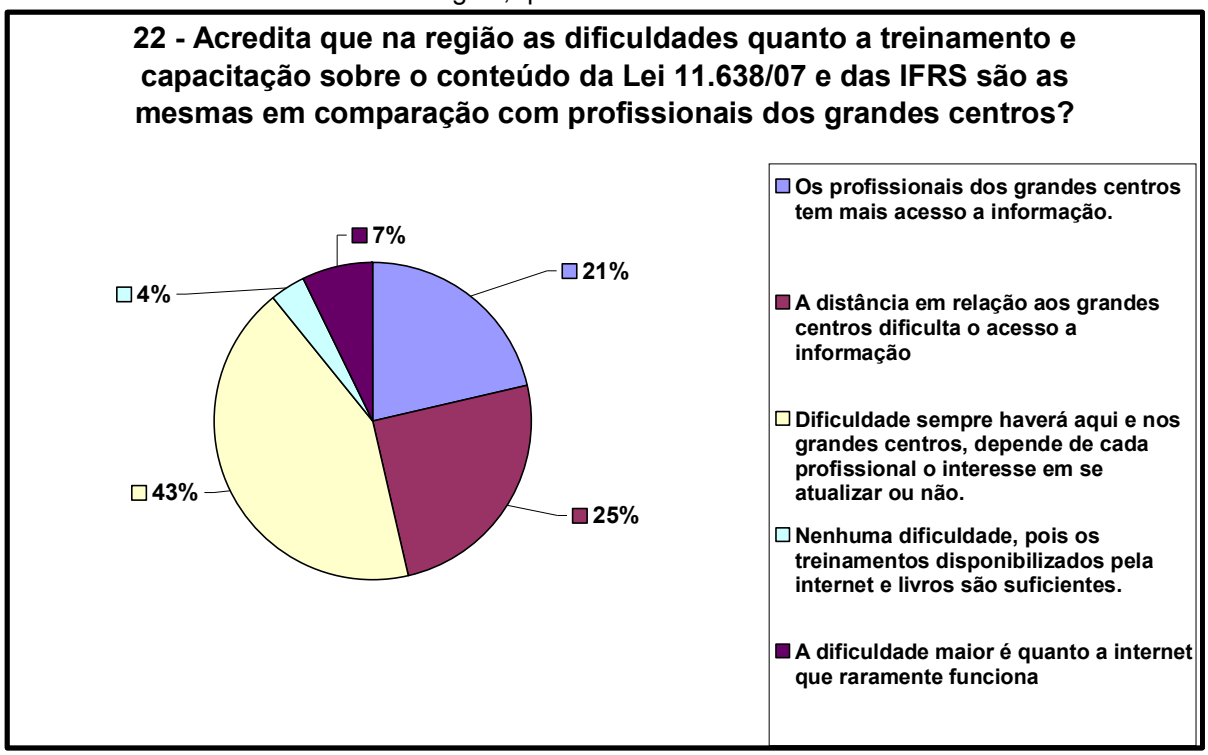
Gráfico 21 – Razões de impedimento da implementação da Lei. n° 11.638/07



Fonte: Criado pela Autora, 2009

A razão principal que dificulta a implementação da Lei n° 11.638/07 e das IFRS, de forma amena, com 29% a alternativa que diz que os colaboradores não possuem conhecimento sobre a Lei n° 11.638/07 foi o percentual mais alto, em segundo lugar foi a dificuldade alegada que as normas são excessivamente complicadas empatando com a alternativa, que diz que a escassez de material bibliográfico de apoio a formação também dificultou bastante, em terceiro lugar a dificuldade encontrada é quanto ao entendimento por parte dos responsáveis pelas empresas que entendem que a adoção da nova lei, e das IFRS, não é apropriada para a região, e em último lugar ficou com 7% dos votos a alternativa que diz que os softwares contábeis não estão aptos a atender essa nova realidade.

Gráfico 22 – Dificuldades em nossa região, quanto a treinamentos na área contábil

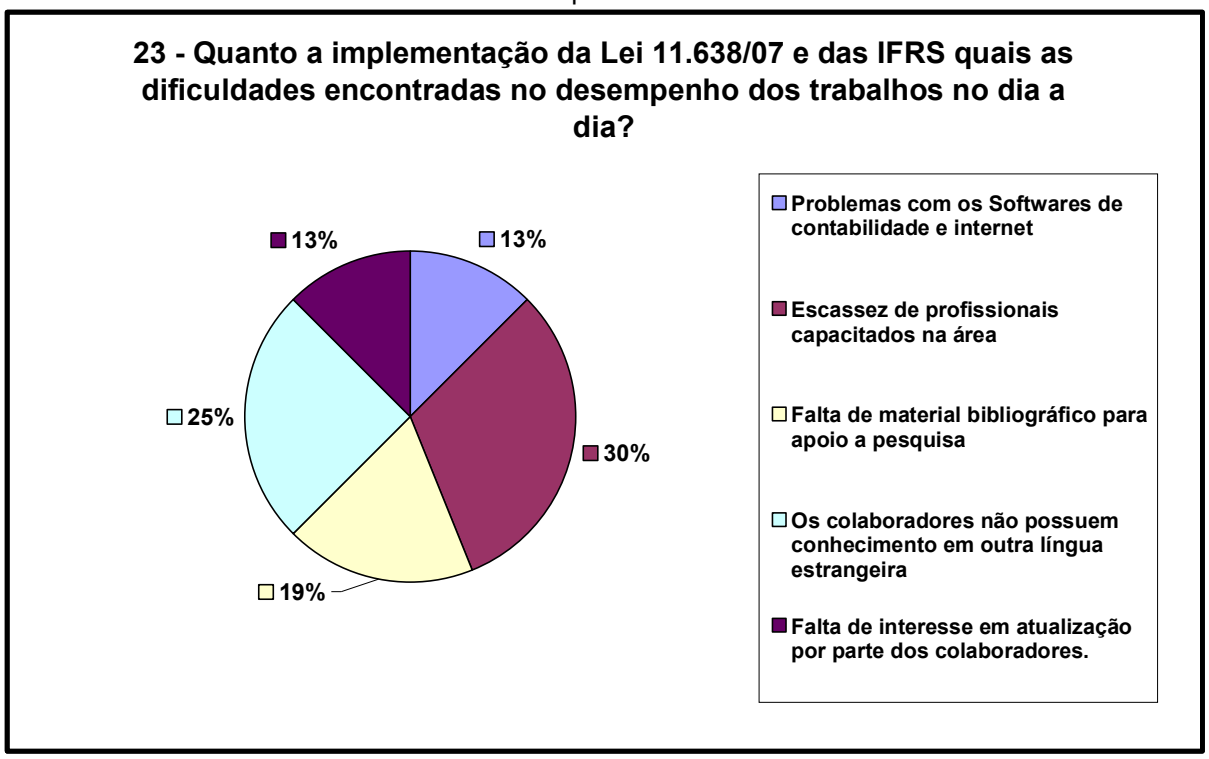


Fonte: Criado pela Autora, 2009

No gráfico n° 22 com o resultado maior de 47% foi a alternativa que diz que dificuldades sempre haverá aqui e nos grandes centros, depende de cada profissional o interesse em se atualizar ou não, já 25% alegaram a distância em relação aos grandes centros, que dificulta o acesso a informação, e 21% afirmaram que os profissionais dos grandes centros tem mais acesso a informação e finalizando com 7% alguns disseram que o problema é com a Internet que raramente funciona, e o percentual mais baixo com 4% ficou com a alternativa que diz que não há dificuldade nenhuma pois os treinamentos disponibilizados pela Internet e livros são suficientes.

Apesar do município de Juína estar situado longe dos grandes centros, percebe-se que não é esse o maior desafio encontrado, uma vez que o interesse parte de cada profissional, ou pessoa interessada em buscar o conhecimento, através de livros, vídeos e outros meios.

Gráfico 23 - Dificuldades encontradas no desempenho dos trabalhos no dia a dia



Fonte: Criado pela Autora, 2009

Finalizando a pesquisa elaborou-se um questionamento sobre as dificuldades encontradas no desempenho dos trabalhos no dia a dia com a implementação das novas normas e da Lei n° 11.638/07, o resultado apurado foi que 30% dos entrevistados afirmam que há uma grande escassez de profissionais capacitados na área, 25% dos colaboradores não possuem conhecimento em outro idioma, 19% alega falta de material bibliográfico para apoio a pesquisa, e 13% falta de interesse em atualização por parte dos colaboradores, e outros 13% alegam problemas com os softwares de contabilidade e Internet.

De certa forma com a implementação dessas novas normas, de imediato com certeza faltará muita mão de obra capacitada para atender a todas as exigências, no entanto percebeu-se também que muitos não têm interesse em estar se atualizando, o que é uma perda para o auxílio nos trabalhos no dia a dia, dificultando o trabalho do profissional contábil e dos demais envolvidos nesse processo.

5 CONCLUSÃO

Adotar as normas internacionais, significa uma oportunidade a mais para a economia do país, pois gera avanços na área dos negócios, e deixa empresas mais próximas dos títulos que são negociados nas grandes e renomadas bolsas de valores no mundo. Uma vez que se tem essa abertura econômica para os negócios em outros países, o mercado brasileiro tende a atrair investidores externos.

Para o entendimento contábil entre os diversos países acarretava um grande custo, e serviço para a tradução dessas informações, foi a partir de então que se pensou na harmonização das diferentes práticas contábeis existentes no mundo.

O Brasil acompanha o processo de harmonização em nível mundial desde o princípio, possui representação no IASB, através do IBRACON e o CFC, o que é de grande valia em relação às informações trazidas.

O processo de convergência no País está sendo um marco para a economia, e para a Contabilidade, pois com a alteração de alguns dispositivos da Lei n° 6.404/76 através da Lei n° 11.638/07 proporcionou um alinhamento entre as práticas contábeis brasileiras com as já adotadas por mais de cem países em todo mundo as denominadas IFRS, e validou a criação do CPC.

Esse processo de convergência, assim como está proporcionando grandes oportunidades para o país, trás também muitos obstáculos a serem enfrentados para essa total adoção, principalmente pelos profissionais de contabilidade, pois são desafios quanto a tradução dessas normas de contabilidade, que demanda de certo tempo para serem elaboradas corretamente e publicadas, na área de treinamentos dos profissionais contabilistas e outros envolvidos nesse processo, outra preocupação é o domínio de outro idioma, principalmente o inglês e o espanhol, que muitos contabilistas não possuem, mal conhecem, e a grande maioria não sabe ler, dificuldades com os softwares, que ainda não estão adaptados para atender as novas exigências, enfim muitos serão os desafios.

O trabalho atingiu os objetivos propostos, o problema foi respondido e as hipóteses confirmadas, pois, através da pesquisa bibliográfica e os questionários aplicados aos profissionais contábeis no município de Juína-MT, identificou os

principais desafios destes, no processo de harmonização das normas internacionais de contabilidade no Brasil.

Conclui-se que para os contabilistas, foco do trabalho de pesquisa, observa-se que os desafios são imensos quanto à adoção das normas internacionais, porém, de imediato, essas novas normas não afetam ainda os profissionais do município, em virtude de que não têm empresas S.A e de grande porte em Juína-MT, porém, quanto as alterações da Lei n° 11.638/07 e a MP 449/08, os profissionais já estão se informando e se atualizando. Apesar de muito recente toda essa discussão, os profissionais demonstraram estar inteirados sobre o assunto, o que é de grande importância para o desenvolvimento da profissão no dia a dia.

Sabe-se que o país está em fase de adaptação a essas novas normas, que esse processo é gradativo, e que ao mesmo tempo, exige-se muito dos profissionais contabilistas, em razão dos desafios surgirem no decorrer do processo e no desenvolvimento dos trabalhos na prática, o que cabe afirmar que não se tem a possibilidade de identificação desses desafios na íntegra através do trabalho, deseja-se apresentar e contribuir para um entendimento de forma geral desses desafios, objetivo geral da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aluisio. **Harmonia nas demonstrações**. Revista Razão Contábil, Ano 3 n°42 out 2007.

ANDRADE, Guy Almeida. **Há um fantasma rondando a profissão contábil brasileira:** o processo de adoção das normas internacionais de contabilidade e de auditoria Revista Razão Contábil, p. 64, Ed.12/2007 n° 44 – Ano 4

BANCO BRADESCO. **Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 8** 2008. Disponível em: <http://www.bradescori.com.br/uploads/conteudo/22434/12_IFRS.pdf>. Acessado em 03 maio 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Homepage**. Disponível em:<http://www.bcb.gov.br>. Acessado em: 18 maio 2009, às 11:36 hs.

BERTHOLINI, Artemio. **Os IFRS e as Convergências das Normas Contábeis – Casos Práticos de Cias Brasileiras**. Costa do Sauípe, 2008. Disponível em: <http://www.previ.com.br/pls/portal/docs/PAGE/PREVI_DESENV/INVESTIMENTOS/GOVERNANCA/GOV_CONSELHEIROS/ENCONTRO_DE_CONSELHEIROS_2008/16-PADRAO_IFRS_CONVERGENCIA_NORMAS_CONTABEIS_%20PROF_ARTEMIO_BERTHOLINI_0.PDF>. Acessado em 20 maio. 2009.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como **Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2008.

BRANCO, Rubens. **A MP 449 e a Neutralidade Fiscal**. Disponível em: http://www.fenafisp.org.br/app/modules/news/article.php?storyid=6418 Acessado em 9 maio 2009.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante. **Palavra da Presidente. Revista Brasileira de Contabilidade CFC**, Brasilia: Ano XXXVIII vol. n° 175, 2009.

CERVO, Luiz Amado; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 2.ed. São Paulo, Mc Graw, 2002.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Homepage**. Brasília, 2009 Disponível em http://www.cvm.gov.br Acessado em 10 abril 2009

_____.**Ofício Circular CVM/SNC/SEP n° 01/2005, de 25 de fevereiro de 2005.** Dispõe sobre a orientação sobre a elaboração de informações contábeis pelas companhias abertas. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/atos/oficios/OFICIO-CIRCULAR-CVM-SNC-SEP-01-2005.asp>. Acessado em: 16 maio. 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTABÉIS. **Homepage**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br> Acessado em 30 abril 2009.

_____. **A Busca da Convergência da contabilidade aos padrões internacionais.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.dmais1.com/normas/PlanoCPC2008_2010.pdf>. Acessado em 24 maio 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE **Homepage**. Brasília,2009. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>. Acessado em 16 maio 2009.

_____. **Resolução n° 750/93, de 29 de novembro de 1993.** Dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade (PFC). Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_750.doc>. Acessado em: 03 maio. 2009.

_____. **Resolução n° 751/93, de 29 de novembro de 1993.** Dispõe sobre as normas brasileiras de contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_751.doc>. Acessado em: 04 maio. 2009.

_____. **Resolução n° 900/01, de 22 de março de 2001.** Dispõe sobre a aplicação do princípio da atualização monetária. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_900.doc>. Acessado em: 12 maio. 2009.

_____. **Resolução n° 1.055/05, de 07 de outubro de 2005.** Dispõe sobre a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1055.doc >. Acessado em: 19 maio. 2009.

_____. **Resolução n° 1.106/07, de 26 de outubro de 2007.** Dispõe sobre o estabelecimento de regras para a edição das normas brasileiras de contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1106.doc>. Acessado em: 20 maio. 2009.

_____. **Resolução n° 1.156/09, de 13 de fevereiro de 2009.** Dispõe sobre a estrutura das normas brasileiras de contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1156.doc>. Acessado em: 14 maio. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria e Perícia**. Brasília: CFC 2006

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO **Homepage**. Mato Grosso, 2009 Disponível em: <http://www.crcmt.org.br>. Acessado em 18 maio 2009.

CORAZZA, Gentil. O Banco Central do Brasil – **Evolução histórica e institucional**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s3a4.pdf>. Acessado em 18 maio. 2009

COSTA, Marcio Martins da; CARDIM, Mariana Gomes. in org FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de: **Método e Metodologia na Pesquisa Científica** c.2004.

DEITOS, Maria Lúcia M. de Souza. **A formação do profissional de Ciências Contábeis num contexto de permanente inovação nos processos produtivos**. Revista Brasileira de Contabilidade CFC, Ano XXXVII vol. n° 170. mar/abr 2008.

DELOITTE, *Touche Tohmatsu.* **Lei 11.638 Mudanças nas práticas contábeis na Brasil.** 2007. Disponível em: <http://www.iasplus.com/americas/2008brazilaccountinglawportuguese.pdf.> Acessado em 21 maio 2009.

DIAS, Adriana Marques; CALDARELLI, Carlos Alberto. **Lei 11.638 Uma revolução na contabilidade das empresas**. São Paulo, Trevisan Editora Universitária, 2008.

FACHIN, Odília: **Fundamentos de Metodologia**. 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2001

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. SP: Atlas, 2002

GIROTTO, Maristela. **A migração das normas contábeis brasileiras para o padrão internacional: especialistas analisam o processo**. Revista Brasileira de Contabilidade CFC, Brasília, Ano XXXVIII vol. n° 175, jan/fev 2009

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL **Homepage.** São Paulo, 2009 Disponível em: < http://www.ibracon.com.br>. Acessado em 05 maio 2009

IUDICIBUS, Sergio de; **Contabilidade Introdutória.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Teoria da Contabilidade**. 8° ed. São Paulo: Atlas, 2006

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS – FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. Diretor responsável: Sérgio de Iudícibus; coordenador técnico: Eliseu Martins; supervisor de equipe de trabalho: Ernesto Rubens Gelbcke. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicável às demais sociedades. IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens 1° ed. São Paulo: Atlas, 2008

KPMG *Risk Advisory Services Ltda*.– **IFRS Hoje. Porto Alegre 1° Ed. Mar/abri 2008** Disponível em: <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/audit/IFRS/IFRS_Hoje_1_mar_08.pdf>. Acessado em 10 maio 2009.

_____. **IFRS Hoje. Porto Alegre 2° Ed. Jul/Ago 2008.** Disponível em: <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/audit/IFRS/IFRS_Hoje_2_jul_08.pdf>. Acessado em 14 maio 2009.

ERNST & YOUNG, FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade:** IFRS Versus Normas Brasileiras. São Paulo: Atlas, 2009

MÜLLER, Aderbal Nicolas; SCHERER, Luciano Márcio. **Contabilidade avançada e internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional** . 1. ed. 4. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves; **Introdução à Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2006

_____.**Combinação de Negócios** – 2.ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Luiz Eduardo**. Contabilidade Decifrada. Considerações sobre a Lei 11.638 de 2007. Alterações na Lei das S/A**. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/palestras/contabilidade_decifrada.ppt> Acessado em 25 abril 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**, 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da: **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Tania Moura da; GRÄBNER, Selia; BANDEIRA, Ana Mariella. Perspectiva atual para a formação do contador. **In: Revista Eletrônica de Contabilidade**. Curso de Ciências Contábeis UFSM Santa Maria: Rio Grande do Sul set/nov 2004. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIn01/a02vIn01.pdf.> Acessado em 29 abr. 2009.

SZUSTER, Natan. *et al.*; **Contabilidade Geral**. 2° ed. São Paulo: Atlas, 2008

APÊNDICE

SOLICITAÇÃO AO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

.

Ao Coordenador do Registro do CRC-MT
Ilmo Sr. Renato Alves da Silva

Juina, 18 de Maio de 2009.

Eu CELIANE PASCOAL GUEBARA, acadêmica do 8° termo do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, venho através deste, solicitar de V.Sa. uma listagem com informações dos escritórios de contabilidade registrados no CRC-MT no município de Juína-MT, e seus respectivos representantes, contendo: razão social, endereço, telefone, e e-mail dos escritórios e o nome do representante, telefone e e-mail, para poder estar encaminhando questionário a ser utilizado para desenvolver meu Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia, tema: "Desafios do Profissional Contábil no Novo Cenário da Harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil", orientador, Prof. Esp. Cláudio Luis Lima dos Santos. Comprometo-me a utilizar as informações apenas para fins acadêmicos sem estar divulgando seu conteúdo, mantendo absoluto sigilo.

Antecipamos nossos agradecimentos e aproveitamos o ensejo, para renovar nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

_____

Celiane Pascoal Guebara
Acadêmica do 8° termo do Curso de Ciências Contábeis
Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena

Juina, 22 de Maio de 2009.

CARTA DE SENSIBILIZAÇÃO

PREZADO SR.
(Nome do Contabilista)

Eu CELIANE PASCOAL GUEBARA, acadêmica do 8° termo do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, estou desenvolvendo meu trabalho de conclusão de curso, cujo tema monográfico é “Desafios do Profissional Contábil no Novo Cenário da Harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil”, venho por meio desta, solicitar sua preciosa colaboração no preenchimento de um questionário, o qual estarei utilizando para tabular dados e responder a minha pesquisa, requisito de fundamental importância para concluir meu curso de ciências contábeis.

Certa de sua compreensão e colaboração, antecipo meus votos de estima e consideração.

.

Atenciosamente,

_____
Celiane Pascoal Guebara
Acadêmica do 8° termo do Curso de Ciências Contábeis
Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena

FACULDADE DE CIENCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO JURUENA

QUESTIONÁRIO UTILIZADO NO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO -TEMA:

"DESAFIOS DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NO NOVO CENÁRIO DA HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL"

Destinação: Contabilistas e Responsáveis por Escritórios de Contabilidade.

Qualquer dúvida em relação às questões, favor entrar em contato através do endereço de e-mail: celianepg@hotmail.com, ou através do Telefone (66) 8114-1922.

1) Sexo do Contabilista?
1. ( ) Masculino
2. ( ) Feminino

2) Idade do Contabilista?
1. ( ) 22 a 30 anos
2. ( ) 31 a 35 anos
3. ( ) 36 a 40 anos
4. ( ) 41 a 45 anos
5. ( ) 46 a 50 anos
6. ( ) Acima de 50 anos

3) Qual sua formação Profissional?
1. ( ) Contador Graduado
2. ( ) Técnico em Contabilidade

4) Tempo de Formação:
1. ( ) nos últimos 5 anos
2. ( ) 06 a 10 anos
3. ( ) 11 a 15 anos
4. ( ) 16 a 20 anos
5. ( ) mais de 20 anos

5) Possui ou está fazendo cursos em outras áreas ou afins?
1. ( ) Técnico
2. ( ) Graduação
3. ( ) Especialização lato Sensu
4. ( ) MBA
5. ( ) Mestrado
6. ( ) Extensão
7. ( ) Profissionalizante
8. ( ) Não Tenho

6) Atua em qual Segmento?
1. ( ) Empresa Privada
2. ( ) Empresa Pública
3. ( ) Entidade do 3° Setor
4. ( ) Proprietário de Escritório Contábil
5. ( ) Autônomo
6. ( ) Não atuo na área

7) Há quanto tempo atua na área?
1. ( ) alguns meses
2. ( ) 1 a 5 anos
3. ( ) 5 a 10 anos
4. ( ) 10 a 15 anos
5. ( ) 15 a 20 anos
6. ( ) mais que 20 anos

8) Como você observa a profissão contábil hoje?
1. ( ) Como mais uma profissão
2. ( ) Em fase de expansão e reconhecimento
3. ( ) Iguala-se a outras profissões em termos de importância dentro das organizações
4. ( ) Como uma profissão promissora
5. ( ) Profissão Saturada no Mercado

9) Conhece os idiomas Inglês e Espanhol?
1. ( ) Sim, apenas Inglês
2. ( ) Sim, apenas Espanhol
3. ( ) Sim, os dois
4. ( ) Não conheço nenhum

10) Qual é seu grau de conhecimento da língua inglesa?
1. ( ) Lê
2. ( ) Lê, Escreve
3. ( ) Lê, Fala
4. ( ) Lê, Fala e Escreve

11) Qual é seu grau de conhecimento da língua espanhola?
1. ( ) Lê
2. ( ) Lê, Escreve
3. ( ) Lê, Fala
4. ( ) Lê, Fala e Escreve

12) Você sabe o que é instituído através da Lei 11.638/07?
1. ( ) Sim
2. ( ) Sim, já ouvi falar e conheço um pouco.
3. ( ) Sim, porém considero irrelevante para a classe
4. ( ) Não, mas gostaria de obter informações
5. ( ) Não, pois achei desnecessário.

13) Você sabe qual Lei a MP 449/08 altera?
1. ( ) Sim
2. ( ) Sim, já ouvi falar e conheço um pouco.
3. ( ) Sim, porém considero irrelevante para a classe
4. ( ) Não, mas gostaria de informações
5. ( ) Não, pois achei desnecessário.

14) Você já ouviu falar, e está acompanhando a adoção das IFRS como padrão contábil no Brasil?
1. ( ) Sim
2. ( ) Sim, porém não acompanho o processo de convergência.
3. ( ) Sim, mas não achei importante.
4. ( ) Não, mas gostaria de obter informações
5. ( ) Não, e acredito que não seja necessário.

15) Acredita que seja viável para o País estar se adaptando a essas práticas contábeis IFRS?

1. ( ) Sim, é uma forma de estar globalizando também a área contábil.
2. ( ) Sim, porém esse não seria o momento.
3. ( ) Não, pois o País com suas Leis, Princípios e NBC's consegue produzir informações e atender a todos os tipos de usuários.
4. ( ) Não, pois os desafios são maiores do que as oportunidades.
5. ( ) Não, na prática considero inviável sua aplicação.

16) Conhece o conteúdo das novas normas de contabilidade já adotados no Brasil?

1. ( ) Sim
2. ( ) Sim, já ouvi falar e conheço um pouco.
3. ( ) Sim, porém considero irrelevante para a classe
4. ( ) Não, mas gostaria de obter informações
5. ( ) Não, pois achei desnecessário.

17) Já participou de algum evento, cujo assunto abordado foi a Lei 11.638/07, ou IFRS, ou MP 449/08?

1. ( ) Sim, palestras, encontros, congressos, convenções;
2. ( ) Sim, obtive informações no curso de graduação;
3. ( ) Sim, pós-graduação
4. ( ) Não participei de nenhum evento, mas gostaria
5. ( ) Não participei pois penso que seja desnecessário.

18) É do seu conhecimento, ou de seus clientes e dos demais responsáveis pelo departamento de contabilidade de seu escritório, a obrigatoriedade do cumprimento das novas normas até o ano de 2010 para as empresas consideradas de grande porte.

1. ( ) Sim, embora não estejam totalmente familiarizados com o conteúdo das novas normas.
2. ( ) Sim, e os mesmos encontram-se totalmente familiarizados com o conteúdo das novas normas
3. ( ) Sim, porém não implicará no desenvolvimento dos trabalhos no dia a dia.
4. ( ) Não, mas gostaria de obter informações sobre o assunto
5. ( ) Não, pois não é necessário para o desenvolvimento dos trabalhos no dia a dia.

19) Quanto às novas normas, qual a situação de adaptação de seus clientes?

1. ( ) A maioria dos clientes já estão adotando as novas normas de contabilidade;
2. ( ) Muitos clientes já adotaram as novas normas de contabilidade;
3. ( ) Poucos clientes já adotaram as novas normas de contabilidade;
4. ( ) Orientamos quanto a adoção, mas alguns ainda não se pronunciaram;
5. ( ) Alguns ainda não compreendem a real necessidade da adoção das novas normas internacionais.

20) Qual / quais a maior / maiores dificuldade(s) encontrada(s) por você profissional no desenvolvimento de sua profissão, e nas empresas que auxilia, em relação à aplicação das novas normas de contabilidade? (Poderá marcar mais do que uma opção):

1. ( ) Conhecimento insuficiente por parte dos colaboradores da área contábil
2. ( ) Dificuldade de capacitação dos colaboradores para atender as IFRS.
3. ( ) Com a implementação das novas normas de contabilidade determinará um grande aumento no tempo de trabalho e nos custos.
4. ( ) Falta aceitação por parte dos clientes quanto a aplicabilidade das novas normas.
5. ( ) Dificuldade com os Softwares Contábeis que ainda não estão adaptados.

21) Indique as razões que impediram que a implementação da Lei 11.638/07 e das IFRS tivesse uma transição mais amena? (Poderá marcar mais do que uma opção):

1. ( ) Os responsáveis pelas empresas entende que a adoção da nova Lei, e das IFRS não é apropriada para nossa região
2. ( ) As Novas Normas são excessivamente complicadas
3. ( ) Os colaboradores não possuem conhecimento sobre com a Lei 11.638/07 e as Novas Normas de Contabilidade.
4. ( ) Escassez de material bibliográfico de apoio e formação.
5. ( ) Os Softwares Contábeis não estão aptos a atender essa nova realidade.

22) Acredita que em nossa região as dificuldades quanto a treinamento e capacitação sobre o conteúdo da Lei 11.638/07 e das IFRS são as mesmas em comparação com profissionais dos grandes centros? (Poderá marcar mais do que uma opção):

1. ( ) Os profissionais dos grandes centros tem mais acesso a informação.
2. ( ) A distância em relação aos grandes centros dificulta o acesso a informação.
3. ( ) Dificuldade sempre haverá, aqui e nos grandes centros, depende de cada profissional o interesse em se atualizar ou não.
4. ( ) Nenhuma dificuldade, pois os treinamentos disponibilizados pela Internet e livros são suficientes.
5. ( ) A dificuldade maior é quanto a Internet que raramente funciona.

23) Quanto a implementação da Lei 11.638/07 e das IFRS quais as dificuldades encontradas no desempenho dos trabalhos no dia a dia? (Poderá marcar mais do que uma opção).

1. ( ) Problemas com os softwares de contabilidade e Internet;
2. ( ) Escassez de profissionais capacitados na área;
3. ( ) Falta de material bibliográfico para apoio a pesquisa;
4. ( ) Os colaboradores não possuem conhecimento em outra língua estrangeira;
5. ( ) Falta de interesse em atualização por parte dos colaboradores.

Muito Obrigada por sua rica e generosa colaboração!